



**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ**

**NATHIELLY COSTA SEIDLER TIMM**

**BRIZOLA E A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR: ATUAÇÕES  
POLÍTICAS NA CONJUNTURA REFORMISTA DO GOVERNO  
GOULART (1963-1964)**

**CURITIBA  
2017**

**NATHIELLY COSTA SEIDLER TIMM**

**BRIZOLA E A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR: ATUAÇÕES  
POLÍTICAS NA CONJUNTURA REFORMISTA DO GOVERNO  
GOULART (1963-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História, da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes – FCHLA, da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: Viviane Maria Zeni

**CURITIBA  
2017**

Dedico este trabalho a meu irmão Jhonathan  
Costa Seidler, *In Memoriam*.

Agradeço,

A Deus pela minha vida e pela fé em mundo melhor e ao meu esposo Filipe Luxinger Timm por me ajudar a manter essa fé, pela paciência e pelo amor incondicional sempre demonstrado; A minha avó Nair Schroeder pelo auxílio financeiro, que possibilitou a conclusão deste curso, e sobretudo por sempre me apoiar e incentivar em meus estudos, e a partir disso, conseguir realizar meus sonhos; A minha orientadora e professora Viviane Zeni, pelas incansáveis correções, conversas, orientações e a ela o reconhecimento que sem sua orientação esse trabalho não seria possível; Ao Prof. Dr. Jorge Ferreira pela incontável ajuda para que eu tivesse acesso a fonte dessa pesquisa monográfica, o jornal *Panfleto*, e pela solicitude em me atender prontamente todas as vezes em que solicitei o seu auxílio; A turma que me recepcionou em minha chegada a Curitiba e a nova Universidade, sempre lembrarei com carinho de nossas descobertas, risadas e as "altas" conversas historiográficas; Aos professores do curso de História da Tuiuti, em especial ao professor André Siqueira, meu eterno agradecimento em sua valorosa contribuição de construir uma professora de História consciente de seu papel social; Aos colegas de turma e professores da Faculdade Castelo Branco, Colatina - ES, que marcaram o início de minha vida acadêmica e de meu amadurecimento como pessoa e profissional; A colega de estudos incontáveis, nos últimos três meses, nos laboratórios da Tuiuti, Viviane Corrêa, pelo incentivo e parceria na finalização desse estudo monográfico.

De todo esse passado, creio, o que importa é tirar lições e ensinamentos construtivos.  
(Leonel Brizola)

## RESUMO

Esta pesquisa monográfica tem como objeto de pesquisa a Frente de Mobilização Popular (FMP) e visa elucidar qual foram suas ações na conjuntura política reformista do governo de João Goulart, entre os anos de 1963 a 1964. Para tanto foi dividida em dois capítulos, sendo o primeiro destinado à contextualização e a inserção das discussões que ocorriam sobre as Reformas de Base, e o segundo a elencar as bases sobre as quais se construiu a Frente de Mobilização Popular, sua organização e principais ações. As contribuições de Pierre Ansart sobre as ideologias, inseridas no conflito que media o poder, e a importância do ideólogo enquanto produtor e comunicador de movimentos revoltosos, estão presentes ao longo desta pesquisa monográfica, bem como a análise do *Panfleto: o jornal do homem da rua*, principal documento produzido pela Frente de Mobilização Popular.

Palavras-chave: Frente de Mobilização Popular, Leonel Brizola, Reformas de Base, Ideologias.

## LISTA DE SIGLAS

ADP	Ação Democrática Parlamentar
AP	Ação Popular
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
Contec	Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
FMP	Frente de Mobilização Popular
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPÊS	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IT&T	International Telephone & Telegraph
OAB	Organização de Advogados do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PORT-T	Partido Operário Revolucionário Trotskista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUA	Pacto de Unidade e Ação
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>1 A PRESIDÊNCIA DE JOÃO GOULART E A AGENDA POLÍTICA</b> .....	12
1.1 DE JÂNIO A JANGO: DA RENÚNCIA À LEGALIDADE.....	12
1.2 LEONEL BRIZOLA E A CAMPANHA DA LEGALIDADE: DA EUFORIA A DECEPÇÃO .....	19
1.3 “DIGA NÃO AO PARLAMENTARISMO”: O PLEBISCITO E A VITÓRIA DO PRESIDENCIALISMO.....	25
1.4 AS REFORMAS DE BASE: VISÕES E INTERPRETAÇÕES .....	28
<b>2 A RADICALIZAÇÃO DA FMP E AS REFORMAS DE BASE</b> .....	35
2.1 A FORMAÇÃO DA FMP E SUAS BASES IDEOLÓGICAS .....	35
2.2 OS GRUPOS DOS ONZE COMPANHEIROS E A DEFESA DAS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS.....	41
2.3 LEONEL BRIZOLA: <i>FAZER CRER</i> E <i>FAZER AMAR</i> .....	44
2.4 FMP: TENTATIVAS NO <i>FAZER AGIR</i> .....	50
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	60
<b>FONTES</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	67



## INTRODUÇÃO

A História do Brasil, em especial do período após a proclamação da República, sempre instigou questionamentos em minha trajetória acadêmica. Nas consultas a bibliotecas e nas aulas da disciplina História do Brasil Republicano, me deparei com a Campanha da Legalidade que tinha como principal líder o político sulista Leonel de Moura Brizola. Na pesquisa realizada sobre o tema e sobre o político encontrei uma breve citação sobre a Frente de Mobilização Popular (FMP) que atuou nos meses anteriores ao golpe civil-militar pressionando o governo de João Goulart pela realização imediata das Reformas de Base. A partir deste momento deu-se início ao levantamento de bibliografias referentes a FMP, quando me deparei com as pesquisas do historiador Jorge Ferreira, que havia publicado artigos sobre o jornal divulgado pela FMP, chamado *Panfleto*, a própria organização, seus componentes e suas ações. Frente a escassa bibliografia voltada exclusivamente a essa organização, denominada por Ruy Mauro Marini como um “parlamento das esquerdas”<sup>1</sup>, e fundamentada nesses primeiros estudos encontrados, me propus a pesquisar sobre a Frente de Mobilização Popular.

O principal líder e também porta-voz da FMP, foi, como já mencionado, Leonel de Moura Brizola. Sulista de Cruzinha desenvolveu seus ideais políticos dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), onde ingressou por causa de seu “ídolo” Getúlio Vargas. Brizola teve no PTB seu embasamento ideológico, e para ele aquela era a sua realidade, pois “não havia ali almofadinhas ou intelectuais, mas gente do povo”<sup>2</sup>. Fundado em um conturbado momento político em que no Brasil as manifestações populares começavam a ganhar corpo, o PTB arregimentou muitos homens e mulheres dispostos a participar da política, entre eles o jovem Leonel Brizola e seus amigos da faculdade de engenharia. Os novos integrantes, embora se auto-proclamassem “socialistas”,

[...] não se sentiam à vontade no [Partido Comunista Brasileiro] PCB. O sectarismo e a jactância intelectual dos militantes comunistas os incomodavam. Do outro lado do leque partidário, a [União Democrática Nacional] UDN e o Partido Libertador abrigavam pessoas das elites, nada

---

<sup>1</sup> MARINI, Ruy Mauro; *ap.* DELGADO, Lucilia; *ap.* FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 547.

<sup>2</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *El Caudillo*: Leonel Brizola: um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008, p. 38.

tendo que ver com suas origens pobres. Segundo depoimento do próprio Brizola, ele se convenceu a aderir o PTB ao presenciar uma manifestação queremista. Para ele foi uma cena impactante. Ali estavam pessoas com quem imediatamente se identificou: pessoas pobres, modestamente vestidas, muitos operários, todos pedindo a continuidade de Vargas e carregando fotografias do presidente.<sup>3</sup>

Brizola despontou na política brasileira no período após o suicídio de Getúlio Vargas, período delicado tanto na política quanto nos meios sociais. Rapidamente se inseriu entre as principais lideranças trabalhistas e, junto com João Goulart, desenvolveu uma forte relação de amizade com Vargas. Sua ação popular intensa trouxe, em 1946, seu primeiro cargo público como deputado estadual, e já nesse mandato ficou conhecido por ser uma das principais vozes das classes trabalhadoras. Mas foi como Governador do Rio Grande do Sul, eleito em 1958, que deu o pontapé inicial por uma luta que ficou em voga até a instauração da ditadura militar: a Reforma Agrária.

No cenário nacional, após a participação na Campanha da Legalidade, Brizola se firmou como o líder dos nacional-revolucionários, ala mais à esquerda do PTB, e encontrou apoio de outros grupos de esquerda que se identificavam com seu discurso. Com a posse de João Goulart na presidência do Brasil, em 1961, esses mesmos grupos, e também Leonel Brizola, cunhado de Jango, esperavam que as Reformas de Base, também defendidas pelo presidente, fossem colocadas em pauta e instauradas.

O impasse gerado entre os parlamentares para a aprovação das Reformas de Base possibilitou, sob a liderança de Leonel Brizola, no início de 1963, a criação da Frente de Mobilização Popular, integrada pelas “esquerdas marxistas, trabalhistas, socialistas e cristãs, bem como as organizações de trabalhadores urbanos e rurais, de estudantes e de subalternos das Forças Armadas.”<sup>4</sup> A FMP tinha como objetivo pressionar o governo Goulart para a realização das Reformas de Base, sem qualquer renúncia aos setores conservadores. Com base neste cenário este estudo monográfico, buscou problematizar como a FMP atuou na conjuntura política reformista do governo Goulart entre os anos de 1963 e 1964.

---

<sup>3</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 54.

<sup>4</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.*, p. 545.

Para responder a este questionamento, buscou-se embasamento teórico nos estudos de Pierre Ansart, publicado em sua obra *Ideologias, Conflitos e Poder*. Pierre Ansart trás a tona a discussão que envolve o uso da ideologia no exercício do poder e como a violência simbólica consegue transpor um conflito social mobilizando as energias, pois a produção ideológica permite o mascaramento dos conflitos, surgindo como um instrumento permanente dos poderes. A análise da ideologia e do político, apresentada por Pierre Ansart, permitiram analisar a FMP como criadora de uma ideologia própria, que foi usada para fortalecer imagens e conceitos no imaginário dos participantes da organização. Além destas indicações, foram de grande valia suas análises sobre a linguagem do ideólogo e como ele se apropria da ideologia transmitindo, por meio de discursos, os seus ideais.

Dentre o leque de referenciais bibliográficos utilizados, destaca-se o trabalho do historiador Jorge Ferreira que, como já citado, abordou com propriedade o objeto dessa pesquisa. Os trabalhos de Boris Fausto e Thomas Skidmore foram significativos para se compreender o período evocado por essa pesquisa. Além destes, foram utilizados também as análises de Marco Antonio Villa, Moniz Bandeira e de Francisco Chagas Leite Filho.

A principal fonte analisada foi o jornal semanal *Panfleto: o jornal do homem da rua*, organizado pela FMP. O acesso de forma digitalizada permitiu a consulta de sete edições publicadas em sua integralidade. Nestas edições, a organização divulgou matérias sobre a política interna e externa, artigos sobre arte e cultura nacional, e editoriais redigidos por Brizola, com o objetivo de divulgar, explicar e discutir os principais ideais da Frente de Mobilização Popular. Essa foi a única fonte primária de autoria oficial da FMP localizada, visto que após a instauração da Ditadura Militar os documentos de posse da organização foram destruídos, tanto pela polícia política quanto pelos próprios membros da FMP, com receio de represálias. No período ditatorial perderam-se documentos de valor inestimável, entre eles as gravações da rádio Mayrink Veiga, as atas de formação dos Grupos dos Onze Companheiros, além de cartas enviadas e recebidas por Leonel Brizola e outros líderes da FMP.

Além do *Panfleto* foi utilizado o jornal *Folha de São Paulo* para se ter acesso as principais notícias divulgadas em um meio de comunicação de alcance nacional, e o opúsculo *Reformas de Base*, divulgado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos

Sociais (IPES), um dos principais opositores de João Goulart e de seu projeto de Reformas de Base; discursos políticos e a legislação vigente no período.

Com base neste conjunto documental e indicações teóricas e bibliográficas, este estudo monográfico foi dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo foi realizada uma contextualização da política brasileira a partir dos anos de 1960, levando-se em conta as consequências das gestões anteriores. Após uma breve explanação sobre o governo Jânio Quadros discutiu-se sobre a crise após a sua renúncia que motivou a Campanha da Legalidade. Na sequência foram apresentados os primeiros anos do governo de João Goulart e as discussões políticas sobre as Reformas de Base.

O segundo capítulo tratou da criação da FMP e da interpretação da Carta Testamento de Getúlio Vargas, realizada por Leonel Brizola, pois segundo o líder trabalhista, a Carta configurava-se como o principal manifesto ao povo brasileiro. Em seguida foi discutida a formação dos chamados Grupo dos Onze Companheiros, uma organização popular, composta por 11 membros, que filiados a FMP ajudariam a organização na busca de seus objetivos e na luta contra a "política de conciliação", denunciada pela FMP como a principal causa da não realização das Reformas de Base. Nesse contexto, o Brasil vivenciava o que ficou conhecido como radicalização, tanto a direita quanto a esquerda, e tal radicalização apresentou-se como um dos principais motivos para que o golpe civil-militar se consolidasse.

Neste cenário em que afloraram diferentes ideologias e conflitos de poder, a Frente de Mobilização Popular teve uma ativa participação e por anos foi relegada ao esquecimento pela historiografia. Enquanto uma das principais organizações de esquerda, a FMP foi pioneira ao agrupar grupos de esquerdas com um objetivo em comum, tomar decisões e organizar ações em conjunto. Uma organização que visava o povo, o cidadão comum, que politizado poderia influenciar os rumos do Brasil e lutar com seus pares por um futuro melhor.

# 1 A PRESIDÊNCIA DE JOÃO GOULART E A AGENDA POLÍTICA

## 1.1 DE JÂNIO A JANGO: DA RENÚNCIA À LEGALIDADE

No dia 31 de janeiro de 1961, subia a rampa do Palácio do Planalto, o sul-mato-grossense Jânio da Silva Quadros<sup>5</sup>, o primeiro presidente a tomar posse em Brasília, a nova capital da República e símbolo do progresso. Candidato da coligação do Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Democrata Cristão (PDC) e União Democrática Nacional (UDN), Jânio foi acompanhado por João Marques Belchior Goulart<sup>6</sup>, reeleito vice-presidente pela bancada do Partido Trabalhista Brasileiro<sup>7</sup> (PTB) em coligação com o Partido Social Democrático (PSD). Apoiado pelas mesmas forças que derrubaram Getúlio Vargas em 1954, o sul-mato-grossense conseguiu em apenas quinze anos de trajetória política alcançar o maior cargo da República brasileira: a presidência. Em seu curto governo, de janeiro a agosto de 1961, combinou “iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores” e dessa forma, desagradou a ambos.<sup>8</sup>

Quadros assumiu a presidência com o país “enterrado” em dívidas, termo usado pelo próprio para descrever a situação política brasileira. Em 31 de janeiro, ao

---

<sup>5</sup> Jânio da Silva Quadros (1917 – 1992) nasceu em Campo Grande (MS), graduou-se em direito e ingressou na vida política em 1947, disputando o cargo de vereador para a Câmara Municipal de São Paulo. Teve uma rápida ascensão política sendo eleito em 1950 Deputado Estadual, em 1953 Prefeito de São Paulo, em 1954 Governador de São Paulo e em 1960 Presidente da República. Suas gestões foram marcadas pela defesa da moralização do serviço público e seu governo presidencial por sua renúncia em agosto de 1961. Após o período de redemocratização foi eleito pela segunda vez, prefeito da cidade de São Paulo, sendo este o último cargo político que ocupou. JÂNIO Quadros. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico Brasileiro pós 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

<sup>6</sup> Nascido na cidade de São Borja (RS), João Marques Belchior Goulart (1919 – 1976) conhecido popularmente como Jango, graduou-se em Direito, mas após a morte de seu pai tornou-se responsável pela gerência dos negócios da família, que eram em essência atividades agropecuárias. Com o passar dos anos conheceu Getúlio Vargas e foi por esse impulsionado a ingressar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no qual construiu sua carreira política. Ocupou os holofotes da política nacional no seu mandato como Ministro do Trabalho em 1953, cargo que lhe rendeu a representação de “comunista”. Foi vice-presidente do país no governo de Juscelino Kubistchek e de Jânio Quadros, quando assumiu a presidência da República. Deposto em 1964 pelo golpe civil e militar, foi para o exílio no Uruguai e Argentina. As circunstâncias de sua morte não foram, até os dias atuais, elucidadas. JOÃO Goulart. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

<sup>7</sup> Partido político criado em março de 1945 sob inspiração do movimento Queremista, que pedia a volta de Getúlio Vargas à presidência da República. Sua principal base política eram os trabalhadores urbanos cujas entidades sindicais eram controladas pelo Ministério do Trabalho. Aliou-se ao Partido Social Democrático (PSD) para as eleições de Juscelino Kubistchek e Jânio Quadros. PARTIDO Trabalhista Brasileiro. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

<sup>8</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003, p. 439.

proferir o seu discurso de posse, declarou que a situação financeira da nação era *terrível*. Situação esta, continuou o presidente, “tanto mais séria quando se sabe que somente durante o meu governo deverei saldar compromissos em moeda estrangeira no total de cerca de 2 bilhões de dólares.”<sup>9</sup> A estratégia de Jânio Quadros para resolver o problema inflacionário brasileiro concentrou-se em uma política econômica austera defendida em toda sua campanha e ressaltada em seu discurso de posse quando afirmou que [...] “este será um governo rude e áspero; tais objetivos não têm sentido de ameaça, antes exprimem a franqueza de quem não mente aos seus concidadãos, porque não foge ao seu dever nem abdica das suas convicções.”<sup>10</sup>

A dívida a que se referiu o então presidente decorria, principalmente, do governo de Juscelino Kubitschek que enquanto estratégia política lançou o Plano de Metas no qual prometia cinquenta anos de progresso em cinco de governo. O *Presidente Bossa-Nova*, como ficou conhecido JK, contagiou a nação com seu otimismo e promessas de um futuro brilhante. O conflito entre o desenvolvimento e os altos preços era inevitável e a opção adotada foi o *velho mecanismo inflacionário*, através dos custosos financiamentos<sup>11</sup>. Esse mecanismo tornou possível manter o desenvolvimento avançado e a estabilidade econômica e Juscelino Kubitschek conseguiu elevar o país a um novo patamar de modernização, mas o entregou endividado e com uma alta inflação ao seu sucessor.

No primeiro momento, Quadros lançou um programa anti-inflacionário (mais elaborado e completo que qualquer outro desde 1945), reduziu os subsídios para as exportações essenciais, prometeu amenizar o déficit governamental e fez novos investimentos no setor exportador. Essas medidas contribuíram para que o Fundo Monetário Internacional (FMI) renegociasse a dívida externa brasileira, negociação rompida no governo anterior.<sup>12</sup> Por um lado, os esforços para estabilizar a economia

---

<sup>9</sup> MENSAGEM do novo Presidente à nação: Jânio Quadros diz de seus propósitos e critica com veemência o anterior governo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 01 fev. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

<sup>10</sup> MENSAGEM do novo Presidente à nação: Jânio Quadros diz de seus propósitos e critica com veemência o anterior governo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 01 fev. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

<sup>11</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campos, 1990, p. 335.

<sup>12</sup> No ano de 1959 o governo de Juscelino Kubitschek rompeu com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ficando fora do circuito financeiro mundial. O FMI não aceitava os níveis da inflação brasileira, que aumentavam substancialmente para conseguir suprir a demanda imposta pelo programa

trouxeram alívio aos credores do Brasil diante da possibilidade de sanar as dívidas, já por outro lado, Quadros começou a sentir o custo político do combate a inflação. Mesmo se posicionando a favor dos esforços de estabilização econômica, empresários e trabalhadores reclamavam dos sacrifícios impostos por serem, na opinião destes grupos, injustificados.<sup>13</sup>

Após seis meses de uma política anti-inflacionária rígida e inflexível o presidente se tornou receptivo aos conselhos dos “desenvolvimentistas”, grupo formado por políticos remanescentes do governo JK que defendia uma política econômica baseada na meta do crescimento da produção industrial e da infraestrutura como base da economia e o conseqüente aumento do consumo. Para esses o “programa de estabilização tornar-se-ia, portanto, ineficaz, se não fizesse parte de um plano mais amplo de prosseguimento da industrialização e aumento dos investimentos públicos.”<sup>14</sup> Em 5 de agosto de 1961, pelo decreto nº 51.152, foi criada a Comissão Nacional de Planejamento, uma nova versão do Conselho de Desenvolvimento (que reunia os principais planejadores econômicos de Juscelino Kubitschek) e lançado o Plano Quinquenal que objetivou mais investimentos “[...] e as medidas de ordem institucional, necessários ao mais rápido desenvolvimento econômico e social do País.”<sup>15</sup>

Além dos esforços para a estabilização, outra característica da política interna do governo Jânio foi a luta contra a corrupção e a ineficiência da administração pública. Diante das recentes denúncias contra o governo Kubitschek tais ações eram consideráveis, entretanto, de acordo com Thomas Skidmore, nada somavam para

---

desenvolvimentista. Esse programa, sob o lema “50 anos em 5”, investiu, principalmente, em infraestrutura. Para tanto, foram realizados vários empréstimos que contaram com o capital estrangeiro para equipar as indústrias nacionais. Também adotou medidas que privilegiavam esses empréstimos, facilitando o envio de lucros ao exterior e adotando uma taxa cambial favorável a essas operações. A dívida externa do país havia dobrado e o déficit na balança comercial tornou-se motivo de preocupação, inclusive entre os investidores estrangeiros, pois a inflação alcançou níveis elevados. Foi nesse contexto que o FMI passou a interferir na economia brasileira, fazendo inúmeras exigências. Desse modo a política anti-inflacionária rígida e inflexível de Jânio Quadros obteve junto ao FMI a possibilidade de renegociação da dívida. SILVA, Alexandra de Mello e. A política externa no cenário da Guerra Fria. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 19 mai. 2017.

<sup>13</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. v. 9. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 240-241.

<sup>14</sup> *id. ibid*, p. 241-242.

<sup>15</sup> BRASIL. *Senado Federal*, Decreto nº 51.152, de 5 de agosto de 1961. Cria a Comissão Nacional de Planejamento. Brasília, DF, 5 ago. 1961. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

formar um programa político atraente que mobilizasse as massas em prol do desenvolvimento focado por Quadros na sua campanha presidencial.<sup>16</sup>

Em relação à política externa, além de apaziguar os ânimos do FMI, Quadros buscou conquistar novos créditos. Para tanto, instaurou no Brasil a Política Externa Independente que objetivava estabelecer relações comerciais simultaneamente com os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Bloco Soviético. O grupo conservador, inclusive a maioria da UDN, principal partido político que apoiou o presidente, demonstrou insatisfação com esta nova medida e suas críticas as atitudes tomadas por ele tornaram-se mais agressivas a cada nova ação efetivada.

Com o novo rumo da política externa adotada, foi criada uma delegação econômica para visitar o Leste Europeu e o Oriente, a fim de firmar novos contratos comerciais. Em 5 de julho a Câmara dos Deputados autorizou a presença do vice-presidente João Goulart na viagem diplomática que percorreu a Europa Oriental, a União Soviética e a China.<sup>17</sup> De acordo com o cronograma a Comitiva iniciaria as visitas em 28 de julho e regressaria de Cingapura por volta do dia 23 de agosto de 1961, um ano conturbado segundo Marco Antonio Villa, pois nesse período

[...] se aprofundaram as divergências entre as duas potências do mundo comunista – União Soviética e China -, que abrangiam desde discordâncias ideológicas a disputas fronteiriças. Nesse contexto, a visita de Jango foi um sucesso, pois passou ao largo das diferenças entre dois gigantes comunistas: os principais alvos foram os acordos comerciais [...] e a possibilidade do estabelecimento de relações diplomáticas.<sup>18</sup>

No entanto, o sucesso da visita do vice-presidente não obteve a mesma repercussão entre os parlamentares brasileiros que vislumbraram a ação como uma tentativa de articular um futuro golpe de Estado. Na noite do dia 24 de agosto de 1961, o governador udenista da Guanabara, Carlos Lacerda, proferiu um discurso na rádio no qual denunciava uma tentativa de golpe. De acordo com Lacerda, Jânio estaria articulando juntamente com o Ministro da Justiça Oscar Pedroso Orta, o

---

<sup>16</sup> SKIDMORE, Thomas. *op. cit.*, p. 244.

<sup>17</sup> Além do vice-presidente João Goulart, a Comissão contou com a participação dos senadores Franco Montoro e Antônio de Barros Carvalho, os deputados Dix-Huit Rosado e Gabriel Hermes, além de Evandro Lins – procurador geral da República, Dirceu de Pasca – secretário de Jango, João Etcheverry - chefe da redação do jornal A Última Hora e Raul Ryff – jornalista. RIBEIRO, Antônio Sérgio. *Jânio Quadros, uma carreira meteórica*. Disponível em: <<https://al-sp.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

<sup>18</sup> VILLA, Marco Antonio. *Jango, um perfil (1945 – 1964)*. Rio de Janeiro: Globo, 2005, p. 102.



fechamento do Congresso. O ministro ainda, segundo a denúncia, teria convidado Lacerda a participar da empreitada, afirmação negada por Oscar Pedrosa.<sup>19</sup>

No dia seguinte, pressionado pela falsa denúncia, Jânio Quadros marcou a história brasileira como o primeiro presidente a renunciar. Na carta de renúncia apresentada ao Congresso, Quadros afirmou sentir-se esmagado, alegando que *forças terríveis* levantaram-se contra ele, para intrigá-lo com o povo brasileiro.<sup>20</sup> A renúncia não chegou a ser inteiramente esclarecida e embora sem comprovações, as opiniões são quase unânimes de que Jânio planejava um golpe de estado.<sup>21</sup> Essa afirmação se baseia, em ampla medida, a imagem criada em torno de João Goulart, na qual seus opositores o identificavam como um "potencial" líder com tendências a ideologia comunista, fruto de seus posicionamentos e ações políticas anteriores. Esta imagem foi reforçada após os discursos proferidos por Jango durante a viagem ao Oriente, como por exemplo, ao comemorar “a amizade cada vez mais estreita entre a China Popular e os Estados Unidos do Brasil”.<sup>22</sup> Baseados nessas informações, muitos pesquisadores acreditam que Jânio Quadros, contando com a desaprovação no Congresso ao vice-presidente, esperava ser levado de volta à Brasília nos braços do povo e do exército, impedindo com isso que João Goulart assumisse o principal cargo de poder do Brasil para assim evitar a comunização do país.<sup>23</sup>

No entanto, contrariando a expectativa de Quadros, sem qualquer discussão, os parlamentares aceitaram a sua renúncia e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência provisoriamente, embora o

---

<sup>19</sup> LACERDA acusa o Ministro da Justiça de tramar o fechamento do Congresso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 25 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

<sup>20</sup> O texto da renúncia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 26 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

<sup>21</sup> Entretanto a hipótese mais provável seria a combinação de uma personalidade instável e um cálculo político equivocado. FAUSTO, Boris. *op. cit.*, p. 442.

<sup>22</sup> DISCURSO de João Goulart aos chineses. Vídeo online (01min22seg), son. p&b. Disponível em: <<https://www.youtube.com>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

<sup>23</sup> A partir dos anos de 1947 se instaurou oficialmente a conhecida Guerra Fria, que teve suas origens ainda durante a Segunda Guerra Mundial com as divergências entre Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Soviéticas (URSS). O conflito inicialmente foi estratégico e militar, mas se revestiu de aspectos econômicos e políticos-ideológicos. O bloco capitalista liderado pelos EUA, tendia a ter como modelo de organização política a democracia. Já o bloco socialista, liderado pela URSS, era influenciado pelo socialismo autoritário vigente naquele país. Nos anos que se seguiram a instauração e disseminação da Guerra Fria teve início uma nova versão da “caça as bruxas”, sendo os que eram identificados comunistas vistos como opositores da democracia e alvos a serem destruídos. GUERRA Fria. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

governo estivesse sob o comando de ministros militares, estando à frente Odílio Denys, Ministro do Exército.<sup>24</sup>

A sucessão era muito clara de acordo com a Constituição vigente que em seu artigo 79 expressava a seguinte determinação: “Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República”<sup>25</sup>, e a vice-presidência era ocupada, no momento, por João Goulart que ainda se encontrava em viagem diplomática. Contudo, as Forças Armadas representadas pelos ministros Vice-Almirante Sílvio Heck, Marechal Odílio Denys e pelo Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grün Moss emitiram, em 31 de agosto de 1961, uma nota conjunta na qual manifestavam “[...] a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do Vice-Presidente, Sr. João Goulart”,<sup>26</sup> justificando a sua posição, devido a aproximação de Goulart aos ideais comunistas, uma vez que, no exercício de seu cargo como Ministro do Trabalho, incentivava e promovia agitações

[...] nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses das nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeiro foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em pontos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas. No cargo de vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países exaltando o êxito das comunas populares. [...] Na Presidência da República [...] o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.<sup>27</sup>

<sup>24</sup> De acordo com Thomas Skidmore, a pronta aceitação da renúncia pode ser explicada por diversos motivos: o anúncio de uma série de investigações sobre corrupção, o destaque dado pelo presidente à necessidade de melhoria na eficiência do governo, o programa de estabilização que causava preocupação em industriais e comerciantes e a revolta pelo desigual sacrifício social que o mesmo demandava, as dúvidas dos líderes da UDN sobre o controle exercido pelo partido sobre Jânio e a inquietação gerada pela política externa. SKIDMORE Thomas. *op. cit.*, p. 250.

<sup>25</sup> BRASIL. Constituição. *Assembleia Constituinte*, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, Brasília, de 18 de setembro de 1946. Capítulo III, Seção I, artigo 79. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

<sup>26</sup> OS três ministros militares denunciam a posse de Jango como incentivo a desordem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 31 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

<sup>27</sup> OS três ministros militares denunciam a posse de Jango como incentivo a desordem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 31 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

A representação criada pelas Forças Armadas em relação ao vice-presidente enquanto *agitador das comunas populares* que mergulhariam a Nação em um caos e na *anarquia*, fomentando a *luta civil* que transformaria o país em *milícias comunistas*, gerou entre os parlamentares um clima de incertezas em relação a posse de João Goulart e ganhou as páginas de vários jornais, como pode-se perceber na manchete publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* intitulada: *Dentro de 48 horas a decisão do Congresso sobre o veto a Jango*. Na reportagem, a *Folha* relatou que em sessão extraordinária, o Congresso Nacional havia criado uma comissão para analisar a nota dos ministros e militares e decidir se Jango seria liberado, ou não, para voltar ao Brasil.<sup>28</sup> Ciente dessas ações dias antes, João Goulart por meio de seus emissários declarou à imprensa (como que prevendo uma ação retaliadora) que confiava que em sua terra a ordem constitucional seria mantida.<sup>29</sup> Inúmeras declarações de apoio a Constituição e a posse de João Goulart começaram a ser divulgadas e manifestadas, deixando o país a beira de um conflito de proporções imensuráveis.

Diversos setores civis e militares, além de renomáveis figuras políticas, se posicionaram a favor da Constituição, e exigiram que a mesma fosse cumprida. Essa tensão entre os que apoiavam a posse de Goulart, baseados na Carta Magna, e os que não aceitavam seu retorno ao país, visto seu "passado comunista", marcou uma geração que lutou pela legalidade. Entre os defensores da legalidade, como se autointitularam os que defendiam a posse do vice-presidente, estava o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola<sup>30</sup>, responsável por organizar o movimento conhecido como Campanha da Legalidade, que pode ser interpretado e será discutido neste estudo monográfico como o ensaio para a organização futura da Frente de Mobilização Popular (FMP).

---

<sup>28</sup> DENTRO de 48 horas a decisão do Congresso sobre o veto a Jango. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 29 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

<sup>29</sup> JANGO vem de volta. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 26 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

<sup>30</sup> Nascido no povoado de Cruzinha (RS), Leonel de Moura Brizola (1922 – 2004), conseguiu o diploma de técnico rural em 1939 e entre 1945 a 1949 cursou a Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul. Filiou-se ao PTB em agosto de 1945. Casou-se com Neusa Goulart, irmã de João Goulart, e teve com ela três filhos. Ocupou diversos cargos políticos, até ser eleito em 1958 Deputado Estadual pelo RS. Neste cargo Brizola iniciou um projeto de Reforma Agrária, encampou duas empresas norte-americanas e participou como líder da Campanha da Legalidade. Em 1962 foi eleito Deputado Federal pela Guanabara, cargo que ocupou até 1964 quando foi como exilado para Montevidéu, no Uruguai. Brizola voltou ao país em 1979 e em 1982 se elegeu Governador do Rio de Janeiro. Disputou o cargo de presidente do Brasil por duas vezes, em 1989 e em 1994, e de vice-presidente, em 1998 na chapa de Lula. LEONEL Brizola. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

## 1.2 LEONEL BRIZOLA E A CAMPANHA DA LEGALIDADE: DA EUFORIA A DECEPÇÃO

Após tomar conhecimento sobre a renúncia de Jânio Quadros, a primeira atitude do governador Leonel Brizola foi ligar para o ex-presidente e oferecer abrigo no Rio Grande do Sul. Brizola acreditava que Jânio havia sido deposto e ao conseguir contato com a comitiva que o acompanhava recebeu a notícia que a renúncia havia partido por opção do próprio Quadros. Não convencido, começou a contatar governadores, generais, comandantes dos exércitos, políticos e jornalistas e por meio desses contatos foi informado que alguns setores políticos e militares estavam se articulando para o não cumprimento da Constituição, ao impedir a posse do vice-presidente.

Político conceituado e defensor do PTB, agremiação política na qual formou seu embasamento ideológico e encontrou a sua realidade, pois como sempre afirmava, “não havia ali almofadinhas ou intelectuais, mas gente do povo.”<sup>31</sup> Leonel Brizola conquistou em 1946 seu primeiro cargo público como Deputado Estadual, e desde aquele momento ficou conhecido por ser umas das principais vozes das classes trabalhadoras. Foi como governador do Rio Grande do Sul, eleito em 1958, que deu o pontapé inicial por uma luta que ficou em voga até a instauração da ditadura militar: a Reforma Agrária. Além disso, tornou-se conhecido como um político do povo, após criar polêmicas com suas decisões e medidas. As maiores repercussões ocorreram com a expropriação da *Bond and Share* – empresa estadunidense que teve sua origem em 1892 com a criação da *General Electric* e tinha a finalidade de investir na produção e distribuição de energia elétrica – e pelas diversas desapropriações para a distribuição de terras entre os camponeses.

A experiência adquirida durante sua trajetória política conduziu Brizola a se engajar em uma campanha pelo cumprimento da Carta Magna. Suas preocupações foram confirmadas quando percebeu as mensagens estampadas pela grande imprensa que, como já citado, divulgavam que os ministros militares se posicionavam contra a posse de Jango alegando serem “responsáveis pela

---

<sup>31</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 38.

manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas”<sup>32</sup> e, portanto, aptos a vetarem a volta do vice-presidente ao país, pois tal posse se transformava em um “incentivo a todos aqueles que desejavam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil”<sup>33</sup> uma vez que João Goulart estava “comprometido com o comunismo.”<sup>34</sup>

Jango, por sua vez, recebeu a notícia da renúncia por um correspondente de jornal e no dia 26 de agosto viajou à Paris, onde, como já mencionado, declarou ao jornal *Folha de São Paulo* confiar na manutenção da ordem constitucional. O general Henrique Teixeira Lott, possuidor de grande prestígio político e conhecido como general da legalidade, por ter muitas vezes, se pautado nas leis para impedir conspirações contra o regime democrático, distribuiu um manifesto à Nação no qual conclamava,

[...] a todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, os estudantes e os intelectuais, os operários e o povo em geral para tomar posição enérgica no respeito à Constituição, em preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda, de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da Pátria.<sup>35</sup>

O Marechal Lott buscou no passado legalista das Forças Armadas e na importância de sua história para a nação, os motivos para que o golpe não fosse aceito. Brizola também recorreu a histórica *função de manter a ordem*, que cabia aos militares, e em discurso proferido na rádio Guaíba afirmou:

[...] que se houver um golpe, eu não entregarei o governo do Estado. Resisto. Entretanto, confiamos nos nossos irmãos das Forças Armadas. Nós confiamos neles porque confundimos com eles nosso patriotismo. E eles, que tem derramado o seu sangue em países estrangeiros, que sejam sentinelas da ordem. Mas da ordem dos povos livres, da ordem que organiza os povos dentro dos esquemas legais.<sup>36</sup>

Sob sua liderança teve início um movimento em defesa da posse do vice-presidente conhecido como Campanha pela Legalidade. A esse movimento se

<sup>32</sup> MINISTROS militares contra a entrega do poder a Jango. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 28 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

<sup>33</sup> MINISTROS militares contra a entrega do poder a Jango. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 28 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

<sup>34</sup> MINISTROS militares contra a entrega do poder a Jango. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 28 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

<sup>35</sup> O Semanário; ap. FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 230.

<sup>36</sup> BRIZOLA, Leonel; ap. FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 103-104.

uniram diversos partidos políticos, organizações de trabalhadores e empresários, a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a imprensa, clubes de futebol e lideranças católicas e protestantes. Além destes grupos, o próprio exército se dividiu e muitos militares aderiram a legalidade, como o Marechal Lott.<sup>37</sup>

O Palácio Piratini foi transformado no centro da campanha, e do seu interior Brizola comandava o movimento e mantinha contato com João Goulart. João Carlos Guaragna, funcionário dos Correios e Telégrafos, interceptava diversas mensagens trocadas entre os altos escalões do exército. Entre as várias mensagens, uma cujo conteúdo explicitava um ataque do III Exército<sup>38</sup> ao Palácio do Piratini, com o objetivo de bombardeá-lo, alarmou João Carlos que imediatamente a repassou a Brizola que diante dessa ameaça real, preparou-se para um possível confronto. A Brigada Militar foi acionada, civis receberam armas, caminhões, jipes e carros não oficiais foram amontoados em uma espécie de barricada em frente ao Palácio do Piratini.<sup>39</sup> A eminência de uma guerra civil foi crescendo com o passar das horas e, após receber um pedido de audiência do comandante do III Exército, o general Machado Lopes, Leonel Brizola fez um emocionado discurso, no qual defendia que a morte era melhor do que a vida sem honra e sem dignidade. Em um misto de tensão e emoção ao concluir seu pronunciamento afirmou:

Podem atirar. Que decolem os jatos! Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo! Joguem essas armas contra este povo. Já fomos dominados pelos trustes e monopólios norte-americanos. Estaremos aqui para morrer, se necessário. Um dia, nossos filhos e irmãos farão a independência do nosso povo!<sup>40</sup>

Nesse pronunciamento, o governador sul-rio-grandense acusou a oposição de utilizar as armas compradas com o dinheiro do povo para abater o próprio povo e

<sup>37</sup> FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.*, p. 521.

<sup>38</sup> Para compreendermos bem as peças que se montavam no perigoso xadrez político daquele momento, é preciso conhecer a divisão administrativa do Exército brasileiro. Formado por quatro frentes: o I Exército tinha jurisdição nos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais; o II Exército, nos estados de São Paulo e Mato Grosso; o III Exército tinha suas bases no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e o IV Exército em todos os estados do Nordeste. De todos eles, o mais poderoso era o III Exército, quer em equipamentos, artilharia, carros de combate, munição, instalações para manutenção ou número de homens e quartéis, em função de sua proximidade com as áreas fronteiriças do Prata. FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 23.

<sup>39</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 232 – 233.

<sup>40</sup> FELIZARDO, Joaquim; *ap.* FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 235.

com palavras fortes colocou-se junto a toda a população para morrer, se fosse necessário. Brizola também teceu críticas a política externa brasileira, ressaltando que o monopólio norte-americano vinha há tempos sugando as riquezas brasileiras e muitos dos problemas da nação deviam-se a espoliação estrangeira.

Mesmo com o entusiasmo popular na capital gaúcha, o irrisório dispositivo militar não era suficiente para garantir que a Constituição fosse cumprida. Logo, fazia-se necessário que essas ideias fossem espalhadas pelo Brasil e para tanto, foi criada a Cadeia Radiofônica da Legalidade, a partir da invasão dos estúdios da Rádio Guaíba. Nos microfones estava Leonel Brizola conclamando o povo à luta pela legalidade, ao mesmo tempo em que desmoralizava publicamente os militares.<sup>41</sup>

Por meio de seus discursos, o governador gaúcho propagava ideias, imagens e representações que atingiam a dignidade das pessoas, buscando o senso comum do que era legal e benéfico para o país. Com palavras fervorosas, conclamava o povo às ruas em uma resistência nacional a favor da Constituição. Seus discursos, somados a insatisfação da grande maioria dos brasileiros, ecoaram nos imaginários sociais e milhares de trabalhadores paralisaram as ruas “demonstrando a combatividade e o grau de consciência política do proletariado”<sup>42</sup>, como de outros setores da sociedade.

As manifestações de apoio a posse de Jango, em sua maioria através de greves organizadas pelos trabalhadores e a iminência de um conflito no Rio Grande do Sul, conduziu Brizola a divulgar uma objetiva e clara resposta ao general Lopes: “Posso garantir que o primeiro tiro a ser disparado não será nosso. No segundo, porém, não erraremos o alvo, pois somos bons atiradores.”<sup>43</sup> Cabe aqui lembrar, que as aspirações populares por mudanças vinham se consolidando há alguns anos, uma vez que durante o governo Vargas as lutas sindicais e as reivindicações a direitos trabalhistas foram paulatinamente conquistando as mentes dos trabalhadores e esses as ruas. Com o governo de Juscelino Kubistchek os ânimos acabaram se apaziguando. Entretanto, as duras penas impostas por Quadros trouxeram de volta aos trabalhadores a vontade política de transformação do país.

---

<sup>41</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 235.

<sup>42</sup> BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 22.

<sup>43</sup> CORREIO da Manhã; *ap.* FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 247.

Diante deste cenário, Brizola ao afirmar que não *errariam o alvo*, expressava esse latente desejo de mudança que deveria ser conquistada a qualquer preço.

Jango, por sua vez, seguindo a orientação de vários parlamentares, saiu de Paris rumo à Nova York, Panamá, Lima, Argentina para chegar finalmente no Uruguai. Em Montevidéu recebeu a visita de Tancredo Neves<sup>44</sup>, responsável pela articulação realizada entre o Congresso e militares que propunha o sistema parlamentarista de governo. Para evitar uma guerra civil e o derramamento de sangue brasileiro, Jango decidiu abrir mão de seus plenos poderes como presidente e assumir o cargo sob o regime proposto. Mesmo com a anuência do vice-presidente, o chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel, fez outras duas imposições: que Goulart voltasse direto para Brasília evitando a capital Porto Alegre, e que Brizola não fosse em sua posse. O primeiro ponto foi renegociado: Jango passaria pela capital gaúcha, mas não discursaria ao povo. Já a segunda imposição foi mantida. Dessa forma, na madrugada do dia 2 de setembro, o Congresso Nacional aprovou a emenda parlamentar e no mesmo dia Jango desembarcou em Porto Alegre.<sup>45</sup>

A passagem do homem pelo qual todos se sacrificaram trouxe à população sul-rio-grandense uma decepção. Brizola estava preparado para fazer uma marcha armada com 100 mil homens de Porto Alegre à Brasília com o objetivo de obrigar a posse do vice com todos os poderes que cabia ao cargo de presidente. Goulart chegou ao Palácio Piratini em silêncio e limitou-se a apenas acenar e a sorrir para a população, pois não tinha noção do alcance da rebelião que Brizola havia arquitetado e a dúvida tomou conta dos “legalistas”.<sup>46</sup> Em um dos seus encontros com os jornalistas, no mesmo dia, Goulart declarou:

A minha responsabilidade é muito grande nessa hora, porque o momento é muito difícil. Eu estaria, talvez, traíndo a grandeza da causa, não estaria sendo digno do momento histórico que nós vivemos se eu tomasse uma resolução precipitada. É que eu tenho que medir, ponderar, porque hoje não é Jango, não é João Goulart que está em jogo, é o símbolo da legalidade, esta bandeira que vocês desfraldaram é uma bandeira que foi desfraldada pelo povo brasileiro e que se encontra tremulando em todas as praças de nosso país. Agora é necessário que vocês compreendam a gravidade do

---

<sup>44</sup> Ranieri Mazzili, presidente provisório, enviou o pessedista Tancredo Neves, mesmo sem este estar exercendo naquele momento qualquer cargo político, por ser um político experiente, influente e grande negociador, além de amigo de Goulart, para articular com o mesmo a sua posse sob o regime parlamentarista. FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 250.

<sup>45</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 251.

<sup>46</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 142-144.



momento e a responsabilidade tremenda que pesa sobre meus ombros nesta hora. Eu, se estivesse decidindo ao calor do primeiro impulso, talvez amanhã vocês me acusassem de estar decidindo contra os interesses do povo brasileiro. Eu para ser digno desta hora e desta responsabilidade, é preciso ponderar, meditar, ouvir. É exatamente o que estou fazendo.<sup>47</sup>

Alegando ser sua *responsabilidade a de ponderar, meditar e ouvir* e não tomar uma *resolução precipitada*, evitando assim, *decidir ao calor do primeiro impulso*, o futuro da *legalidade*, João Goulart, sob esse epíteto de ponderação e conciliação, construiu os primeiros anos de seu governo. Este pronunciamento esfriou o fervor do povo que esperava a sua posse e aspirava mudanças na política brasileira. Indignado, Brizola afirmou que “o parlamentarismo [...] seria a negação de toda aquela luta do povo irmanado com os militares rebelados inicialmente em Porto Alegre e depois, como se viu, no resto do Brasil.”<sup>48</sup> Esse foi um dos primeiros conflitos na relação entre Brizola e Goulart. Enquanto o primeiro estava preparado para levar o povo às ruas e exigir a posse legal do Vice com todos os poderes, o segundo escolheu o caminho da conversa, da ponderação e da conciliação, aceitando o regime parlamentarista, visando assim, evitar um possível conflito armado.

As pessoas reunidas na capital gaúcha, por sua vez, foram tomadas pela decepção frente à decisão do futuro presidente e a multidão que foi ao êxtase com a chegada de Jango ficou furiosa e estourou em uma vaia monumental.<sup>49</sup> Em outras partes do país, as reações sobre a decisão de Jango foram as mais diversas e se no Rio Grande do Sul a decepção popular foi imediata, no Rio de Janeiro confetes e serpentinas foram jogados pelas janelas e a euforia tomou as ruas.

Como já citado, o lado conciliador de Jango marcou o seu governo, pois sua preocupação estava pautada na manutenção da unidade do Brasil e, sobretudo, em evitar uma guerra civil. Essa preocupação que o acompanhou principalmente após a radicalização das esquerdas em 1963, acarretou à sua imagem diversas representações tais como: conciliador, traidor e covarde. No entanto, ao assumir a presidência Jango teve “que responder ao programa histórico das esquerdas e defendido por ele mesmo desde os anos 1950: as reformas de base.”<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> SILVEIRA, Noberto; *ap.* FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 253-254.

<sup>48</sup> JORNAL do Brasil; *ap.* FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 144.

<sup>49</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 144.

<sup>50</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.* p. 545.

### 1.3 “DIGA NÃO AO PARLAMENTARISMO”: O PLEBISCITO E A VITÓRIA DO PRESIDENCIALISMO

Exatamente as 22h20min do dia 8 de setembro de 1961, João Belchior Marques Goulart, juntamente com seu Conselho de Ministros, entrava no recinto de sessões da Câmara de Deputados, onde estava reunido o Congresso, e assumia a presidência da República<sup>51</sup> “sob gravíssima crise militar, com as contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado internamente e externamente, além da delicada situação política”<sup>52</sup>, que envolveria diferentes setores políticos, militares e civis frente a sua posse. Embora defendesse um programa reformista desde os anos 1950, a atual conjuntura política do Brasil somada ao parlamentarismo impedia que Jango realizasse de imediato as reformas almejadas. Goulart estava resolvido a desenvolver uma política de conciliação entre os partidos políticos, principalmente entre o PSD e o PTB (principais bases do governo) com o objetivo de implementar as Reformas de Base por via legal, contando com a maioria no Congresso.

As primeiras semanas de seu governo foram dedicadas à formulação de um programa, que incluía entre outras medidas: reajuste dos salários de acordo com a inflação, a manutenção da política externa independente, nacionalização de algumas empresas estrangeiras e, como não poderia faltar, as Reformas de Base.<sup>53</sup>

Adequado a nova política externa assumida pelo Brasil, Jango ampliou os mercados de exportação, estabeleceu relações diplomáticas com os países do bloco socialista e com a União Soviética.<sup>54</sup> Também rechaçou as sanções que os Estados Unidos propuseram a Cuba e defendeu a não intervenção militar naquele país. Na Conferência de Punta Del Leste, em janeiro de 1962, os ânimos se exaltaram e as tensões entre Brasil e Estados Unidos aumentaram, quando o chanceler San Tiago Dantas, defendeu a neutralidade do Brasil em relação a Cuba. Dias depois do

---

<sup>51</sup> EMPOSSADOS Jango e o Conselho. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 09 set. 1961. Disponível em: < <http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

<sup>52</sup> FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.*, p. 521.

<sup>53</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 271.

<sup>54</sup> Na política interna um dos grandes problemas a serem resolvidos, foi sem dúvida a inflação. Na política externa Jango continuou com a Política Externa Independente, iniciada no governo Jânio Quadros, porém teve de lidar com as dívidas e a necessidade de novos empréstimos. JOÃO Goulart. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

término da tensa Conferência, Brizola desapropriou os bens da Companhia Telefônica Nacional, subordinada a *International Telephone & Telegraph* (IT&T), com sede nos Estados Unidos, acirrando ainda mais a já tensa relação com os norte-americanos.<sup>55</sup>

Em abril de 1962 o presidente viajou aos Estados Unidos com o objetivo de buscar novos recursos financeiros e discutir os assuntos que estavam dificultando a relação entre os países, entre eles as nacionalizações e a questão cubana. Na visita foi solucionada a questão da nacionalização da Companhia Telefônica Nacional com os ressarcimentos cobrados pela empresa estadunidense ficando no Brasil a crédito de reinvestimentos. Já em relação a Cuba, Jango defendeu a não intervenção, mas reafirmou sua intransigência aos regimes marxistas. Ainda em seu discurso no Congresso norte-americano também reafirmou a necessidade de implementação das Reformas de Base, principalmente a agrária.<sup>56</sup> Embora não obtivesse os resultados esperados, a visita de Jango aos Estados Unidos acalmou os ânimos dos parlamentares.

Na política interna sua proposta de conseguir maioria no Congresso, por meio do diálogo, para implementar as Reformas de Base por via legal não andava bem. O PSD estava receoso do passado esquerdista e nacionalista do presidente, enquanto a esquerda o acusava de desenvolver uma política de conciliação. De acordo com as esquerdas, o presidente poderia governar somente com o seu apoio, logo qualquer auxílio do PSD era dispensável. A euforia das esquerdas com a posse de Goulart, conquistada, segundo elas, pela ajuda do povo, logo se transformou em impaciência.<sup>57</sup>

No discurso proferido nas comemorações do Dia do Trabalho, ainda em 1962, Jango usou as greves e os distúrbios políticos como motivo para qualificar o parlamentarismo como inviável.<sup>58</sup> Em seu discurso explicitamente afirmou que era a hora do povo decidir qual seria o melhor sistema político para o Brasil, o parlamentarismo ou o presidencialismo, comentou sobre o aumento no custo de vida e reiterou que era necessário resolver os problemas com a maior rapidez possível. Uma vez mais defendeu as reformas, e observando a anuência da maior parte dos ouvintes, afirmou:

---

<sup>55</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 272.

<sup>56</sup> *id. ibid.*, p. 275.

<sup>57</sup> *id. ibid.*, p. 292.

<sup>58</sup> SKIDMORE, Thomas. *op. cit.*, p. 269.

Chegou o momento de uma tomada de decisão mais enérgica. [...] há medidas providenciais e especialmente reformas – que o povo se habituou a identificar como reformas de base – que estão sendo reivindicadas pelos trabalhadores e impostas pelo interesse nacional e que continuam indefinidamente no plano dos debates, das conferências e da propaganda eleitoral: a reforma agrária, permitindo que a população participe dos benefícios da civilização industrial; a do sistema bancário, assegurando uma organização de crédito e de financiamento capaz de alimentar o progresso econômico do país; a eleitoral, evitando injunções estranhas e inadmissíveis – demagógicas ou financeiras – na formação das Assembleias populares; a regulamentação da lei de remessas de lucros para o exterior, disciplinando a aplicação interna do capital estrangeiro, entre outras medidas que permitiriam instaurar no Brasil uma ordem social mais justa.<sup>59</sup>

Embora o plebiscito, marcado para 6 de janeiro de 1963, restaurasse na sociedade uma relativa tranquilidade, as crises continuaram. No plano da política externa, o desgaste das relações com os Estados Unidos somou-se a necessidade de renovação dos empréstimos e a conversa pouco afável travada entre Jango e Robert Kennedy, procurador geral dos Estados Unidos, foi agravada quando em dezembro uma nova crise governamental surgiu. Naquele momento, o Ministro do Trabalho, João Pinheiro Neto, acusou em rede nacional de televisão os EUA, com o apoio de setores diplomáticos e de finanças brasileiros, de obrigarem o Brasil a seguir o programa de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI). Com a recusa do ministro de pedir a renúncia, o presidente João Goulart foi obrigado a demitir o amigo do cargo, para evitar confrontos maiores com o FMI.<sup>60</sup> Mesmo com toda essa crise, o debate sobre o plebiscito continuou nas ruas e no dia marcado, as urnas mostraram a opinião popular: 9,5 milhões de votos a favor do regime presidencialista no Brasil, o que representava que diretamente a população elegia João Goulart à presidência do país.<sup>61</sup>

Dessa forma, Goulart, de posse de seus plenos poderes presidenciais, viu-se obrigado a responder ao programa reformista defendido desde os anos 1950. Os grupos e partidos de esquerda cobraram do presidente o que ele mesmo havia prometido: a implementação das Reformas de Base. Entretanto, Jango, como conciliador, optou pela conversa e pela ponderação, persistindo em sua intenção de realizar as reformas por via legal.

---

<sup>59</sup> CORREIO da Manhã; ap. FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 293.

<sup>60</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 321.

<sup>61</sup> *id. ibid.*, p. 323.

A discussão em torno das Reformas de Base e sua implementação permeou todo o governo Goulart, sendo um dos principais pontos de atrito do presidente com seus adversários, e também com sua base de apoio.

#### 1.4 AS REFORMAS DE BASE: VISÕES E INTERPRETAÇÕES

O conjunto de propostas que visavam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas com o objetivo de superar o subdesenvolvimento do país e resolver os sérios problemas da desigualdade social enfrentada pelo Brasil foram denominadas de Reformas de Base, e sob essa bandeira Jango construiu suas estratégias parlamentares. Essa discussão surgiu ainda no governo de Juscelino Kubitschek, levantada pelo PTB, porém só conquistou os holofotes nacionais com a chegada de João Goulart a presidência. As Reformas de Base foram um dos principais objetivos do governo do recém-empossado presidente e movimentaram as mais encaloradas discussões entre os diferentes grupos políticos e sociais.

Na proposta constavam a reforma bancária, fiscal, administrativa, urbana, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Outros pontos abordados consistiam no controle do capital estrangeiro e no monopólio estatal de setores estratégicos da economia. No âmbito da Reforma Urbana constava a criação de condições favoráveis para que os inquilinos pudessem se tornar proprietários das casas alugadas. No cenário político, o principal recurso visava a ampliação do direito ao voto, para abranger dois setores principais: os analfabetos e os militares com patentes inferiores, como os sargentos. Também figuravam entre os pedidos uma maior liberdade de gestão às universidades, um maior controle nos órgãos de fiscalização, principalmente no que dizia respeito ao Tesouro Nacional, a implantação de um banco do Estado com liberdade de decisões frente a política monetária e bancária, entre outras diversas propostas apresentadas.<sup>62</sup>

Das reformas pretendidas, a que mais gerou debates foi a Reforma Agrária, que visava eliminar os conflitos pela posse de terras e garantir o acesso a milhões de trabalhadores rurais ao seu quinhão do Brasil. Os conflitos no interior do país

---

<sup>62</sup> FAUSTO, Boris. *op. cit.*, p. 381-382.

aconteciam desde os primeiros anos da República, sendo um dos mais sérios problemas sociais a serem enfrentados, acarretando pobreza, analfabetismo, fome, doença, dependência aos grandes senhores da terra, isolamentos, entre outros pontos que poderiam ser elencados.<sup>63</sup> Para que se implementasse uma redistribuição de terras era previsto no §16 do art. 141 da Constituição vigente que seria realizada, no “caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, [...] prévia e justa indenização em dinheiro”. Como o Estado não possuía recursos, visto as crises financeiras que se sucediam desde a nova fase democrática, a partir de 1940, e todas as conseqüências que isso demandava, propuseram “indenizar os proprietários a serem desapropriados, [...] ao longo dos anos, [...] com títulos da dívida pública.”<sup>64</sup> Entretanto, conforme sustentou Aspásia de Alcântara Camargo, “com o pedido de Reforma Constitucional que se acrescent[ou] às Reformas de Base previamente definidas, cresce[u] a desconfiança da classe política quanto às intenções reais do Governo”<sup>65</sup>, dificultando assim, a adesão dos parlamentares as propostas apresentadas.

No ano de 1963, o Poder Executivo apresentou à Câmara de Deputados diferentes propostas de ementa a Constituição e projetos de leis, que foram, em sua grande maioria, arquivados após debates e impasses parlamentares. Para que a Reforma Agrária fosse viável, na visão do governo, era imprescindível a mudança da Constituição, e para isso fazia-se necessário o apoio de 3/5 do Congresso, o que, apesar das conciliações feitas pelo presidente, nunca foi conquistado. Os maiores avanços para os ruralistas durante o governo Goulart foram a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, que estendeu ao campo os direitos trabalhistas básicos, aprovado em 1963, e a criação da Superintendência de Política Agrária (Supra) no mesmo ano, que tinha a incumbência de trabalhar para a viabilização da Reforma Agrária.<sup>66</sup> Devido aos impasses encontrados na votação das propostas de ementa à Constituição, o Governo Goulart pouco avançou para a aprovação das reformas e, por isso, recebeu severas críticas de suas bases de apoio.

---

<sup>63</sup> GRYSZPAN, Mario. A questão agrária no governo Jango. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 24 mai. 2017.

<sup>64</sup> FAUSTO, Boris. *op. cit.*, p. 381.

<sup>65</sup> CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: Sociedade e Política*. São Paulo: Difel, 1983. p.200.

<sup>66</sup> GRYSZPAN, Mario. A questão agrária no governo Jango. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 24 mai. 2017.

Dentro deste contexto sobre as Reformas de Base e como elas eram entendidas pelos diferentes atores sociais, buscou-se neste estudo monográfico analisar três posições adotadas sobre o assunto: do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)<sup>67</sup>, do chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro e do líder dos automeados nacional-revolucionários<sup>68</sup> Leonel Brizola.

No opúsculo *Reformas de Base*, publicado em 1963, o IPES dividiu as reformas em três partes: política, social e econômica. Na ordem política estavam as reformas eleitoral, legislativa, da estrutura política, administrativa, judiciária e da política externa. Na ordem social constavam as reformas agrária, da legislação trabalhista, dos lucros das empresas, da legislação da seguridade social, educacional, da habitação popular e a sanitária. Por fim de ordem econômica eram listadas as reformas monetária e bancária, tributária, orçamentária, da política de comércio exterior e da empresa privada além da legislação antitruste e sobre o capital estrangeiro, a institucionalização do mercado de capitais e as políticas relativas ao uso de recursos naturais e aos serviços de utilidade pública.

No prefácio do opúsculo, o IPES qualifica a situação no Brasil como uma crise, identificando este processo como a transição

[...] de um país em processo de atingir a maioria, de um país que ganha consciência de si mesmo, [...] de um país que manifesta o firme propósito de se realizar plenamente, elevando o baixo padrão de vida de uma população que cresce desordenada e explosivamente.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> O Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, por empresários preocupados com a inflação, a falta de planejamento econômico do governo, o aumento da intervenção estatal na economia e principalmente com a suposta associação do presidente João Goulart com comunistas, e conseqüentemente a influência desses no país. Rapidamente o Instituto ganhou a adesão das classes produtoras de outras federações e fundou outras unidades no Brasil como o IPESul, IPES Pernambuco, IPES Belo Horizonte, IPES Paraná, IPES Manaus, IPES Santos e IPES Belém. Tinha como objetivo criar as bases de oposição ao governo Goulart que vinha atingindo diretamente seus interesses econômicos, ao mesmo tempo em que formulava projetos de governo e anteprojetos de Reformas de Base com o objetivo de consolidar suas posições em direção à formação de um Estado Liberal. BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma do estado autoritário (1964-1968). *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v.18, 2014, p. 50. Disponível em: <e-revista.unioeste.br>. Acesso em: 19 mai. 2017.

<sup>68</sup> Termo usado por um grupo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que seguia a liderança de Leonel Brizola, para se autodenominar.

<sup>69</sup> *Reformas de Base*: posição do IPÊS. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1963. p. 5.

Na sequência justifica sua posição alertando que “por entender que as instituições brasileiras padecem de defeitos”<sup>70</sup> e que “muito há a fazer para adequá-las ao nosso meio”<sup>71</sup> viu-se no dever de “manifestar seu pensamento à Nação”<sup>72</sup> visto que era uma instituição formada por “homens de empresa e por profissionais liberais, que se sentem no dever de falar claro e com senso de suas responsabilidades cívicas”.<sup>73</sup> Assim sendo, urgia demonstrar a sua preocupação com os rumos que estavam sendo traçados, questionando se deveriam abandonar seu estilo

[...] de vida democrático para alcançar os índices de progresso que todos reclamam, com sacrifício dos valores éticos mais caros à nossa gente? Ou o que se impõe é, ao contrário, reformas que completem e aperfeiçoem o regime e, assim, assegurem o crescente bem estar geral do povo brasileiro, em ritmo correspondente à sua expectativa? Essa, a alternativa que nos defrontamos.<sup>74</sup>

Esse estudo publicado pelo IPES foi elaborado após análises sobre as Reformas de Base propostas pelo governo. A partir dessas conclusões foram formulados anteprojetos apresentados por políticos da Ação Democrática Parlamentar (ADP) na Câmara e no Senado Federal, que contrapunham os projetos preparados pelo governo Goulart, e prejudicavam ainda mais a votação das propostas de reforma, ou de projetos que visavam viabilizar as mesmas. Em suma, os projetos orientados pelo IPES visavam o fortalecimento da iniciativa privada, favoreciam a entrada do capital estrangeiro e primavam pela criação de um Estado Liberal. Para que essas ideias atingissem diretamente a opinião pública o opúsculo foi distribuído em sindicatos, empresas, universidades, fábricas entre outros lugares e divulgado em jornais de alcance nacional, como *O Globo* e *O Jornal do Brasil*.<sup>75</sup>

Darcy Ribeiro em seu livro *Aos Trancos e Barrancos: como o Brasil deu no que deu*, definiu os principais objetivos das Reformas de Base. Segundo o autor, a

---

<sup>70</sup> *id. ibid.*, p. 8.

<sup>71</sup> *id. ibid.*, p. 8.

<sup>72</sup> *id. ibid.*, p. 8.

<sup>73</sup> *id. ibid.*, p. 8.

<sup>74</sup> *id. ibid.*, p. 7.

<sup>75</sup> BORTONE, Elaine de Almeida. *op. cit.*, p. 58. Disponível em: <e-revista.unioeste.br>. Acesso em: 19 mai. 2017.



renovação das instituições estabelecidas, “para que o Estado brasileiro sirva ao povo brasileiro”<sup>76</sup>, somente poderia ocorrer por meio de uma

[...] reforma agrária que, democratizando o acesso à terra, de a milhões de lavradores condições de viver, comer e progredir com suas famílias, e de assegurar a fartura da cidade. Uma reforma urbana que socorra tanto os milhões de favelados como a classe média escorchada pelos alugueis. Um reforma educacional que amplie a rede pública, matriculando todas as crianças e proporcionando-lhes meios de progredir nos estudos, segundo a capacidade de cada uma delas. Uma reforma tributária que corrija a desigualdade da distribuição de encargos entre o capital e o trabalho, entre os ricos e os pobres, entre os trabalhadores e os patrões. Uma reforma administrativa que acabe com o burocratismo e a corrupção no serviço público. Uma reforma eleitoral que inclua todos os brasileiros adultos, principalmente a maioria constituída de analfabetos, na condição de eleitores e elegíveis. Uma reforma universitária que permita edificar no Brasil as universidades necessárias para promover o desenvolvimento nacional autônomo, a partir do modelo de universidades do Brasil. Uma reforma bancária que leve crédito e financiamento a todas as forças produtivas a juros normais, sem usura e sem corrupção. E, sobretudo, uma reforma no trato com as empresas multinacionais para que o Brasil deixe de ser escorchado e condenado à dependência.<sup>77</sup>

Nos escritos de Darcy Ribeiro é possível observar uma visão "utópica", compartilhada por diversos atores sociais, de como as reformas elevariam o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento, deixando transparecer o clima de absoluta convicção de que a realização das reformas se fazia imprescindível para dar ao povo brasileiro uma vida justa e digna. Para o autor as reformas possibilitariam o desenvolvimento social autônomo do Brasil, sendo esse o principal motivo para que o governo Jango estivesse na mira da reação interna e também do governo estadunidense, sobretudo *no trato com as empresas multinacionais* quando da aprovação da Lei de Remessa de Lucros,<sup>78</sup> posta em vigor no Comício da Central do Brasil, em 1964, que limitava a remessa de lucros para o exterior, lei que serviria para impedir que o Brasil fosse *escorchado e condenado à dependência*.

Por outro lado, a terceira posição ligava as reformas diretamente, ao que o próprio Brizola denominou espoliação internacional, ou em outras palavras, a

---

<sup>76</sup> RIBEIRO, Darcy. *Aos Trancos e Barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985, p. 181.

<sup>77</sup> *id. ibid.*, p. 180.

<sup>78</sup> Promulgada em setembro de 1962 a Lei de Remessa de Lucros considerava como capital nacional os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecia o limite de remessas para o estrangeiro em 10% do total do capital registrado das empresas. BRASIL. *Senado Federal*, Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. Secretaria de Informação Legislativa, Brasília, de 03 de setembro de 1946. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

intervenção do capital estrangeiro no Brasil. A luta contra a entrada do capital estrangeiro, os lucros retirados do Brasil e a construção de indústrias por outros países tornou-se uma das bandeiras defendidas pelas esquerdas lideradas pelo político sulista. Utilizando a espoliação econômica, Brizola explicava os problemas enfrentados no país, que atingiam diretamente as classes mais pobres. Tal constatação conduz as indicações de Pierre Ansart, nas quais o historiador, ao analisar as ideologias e o político, alerta que o presente capta o sentido dos objetivos coletivos. Estes, integram significativamente os fragmentos do tempo e se tais fragmentos podem “[...] ser para o analista econômico apenas um dado [...] torna-se, na linguagem do ideólogo, uma finalidade exaltante”<sup>79</sup>. Cabe aqui destacar que, Pierre Ansart, entende ideologia como “o sistema de pensamentos, crenças e normas que participa constantemente da regulamentação social e que em ampla medida se reproduz inconscientemente em cada um de nós.”<sup>80</sup>

E de acordo com esta indicação, pode-se perceber nas ações de Brizola a *finalidade exaltante*, digna de ser buscada, quando este defendia que a estrutura

[...] econômica-social, injusta e desumana, nada mais é que o efeito, que a dolorosa consequência do insidioso processo de espoliação a que está submetido nosso país; permite compreender que o subdesenvolvimento, o nosso atraso material e cultural, o analfabetismo, o latifúndio intocável, a marginalização e o empobrecimento de regiões e contingentes cada vez maiores de nossa população, as favelas, os ranchos, as doenças endêmicas, a inflação, a desvalorização de nossa moeda, as emissões, a elevação dos preços e do custo de vida, todo esse quadro de sofrimentos, de necessidades, de misérias e injustiças, nada mais é senão o trágico painel dos *efeitos e consequências da espoliação econômica*.<sup>81</sup>

Para Leonel Brizola a exploração econômica dos Estados Unidos era a causadora da “origem da pobreza dos países da América Latina.”<sup>82</sup> Sendo assim, era imprescindível que as Reformas fossem realizadas pois,

Reformar, no Brasil, significa tocar nos interesses anti-sociais sustentados e mantidos pela rede de relações (Brasil-EUA). Ora, se tais interesses e privilégios estão incrustados no sistema de relações com os Estados Unidos, interesses que constituem o sistema interno que é associado

<sup>79</sup> ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 39.

<sup>80</sup> *id. ibid.*, p. 47.

<sup>81</sup> BRIZOLA, Leonel; *ap.* FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.*, p. 554.

<sup>82</sup> FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: as ideias políticas de Leonel Brizola (1961 – 1964). In: FREIRE, Américo; \_\_\_\_\_ (Org.). *op. cit.*, p. 29.

daquelas relações externas – como reformar sem tocar nesses interesses – como reformar sem tocar nas relações com os Estados Unidos?<sup>83</sup>

Para resolver os problemas expostos, Brizola afirmava a urgência de reformas estruturais que permitissem assumir o controle das organizações que influenciavam negativamente o progresso econômico e social do Brasil.<sup>84</sup> Sem a eliminação do processo espoliativo não seriam ofertadas as condições necessárias para que o país se desenvolvesse plenamente. Essas concepções, somadas as encampações da *Bond&Share*, na área de energia, e da *IT&T*, na de telecomunicações – duas empresas norte-americanas – acirraram as relações do político petebista com os Estados Unidos.

As posições acima mencionadas pressionavam João Goulart a respeito das reformas, uma vez que o presidente mantinha sua posição de implementá-las por via legal. Porém o IPES, com sua estratégia dos anteprojetos, conseguiu retardar esse processo e a demora para a aprovação das reformas contribuiu paulatinamente para isolá-lo politicamente, pois boa parte do PTB exigia que as reformas fossem implementadas imediatamente, não seguindo a via legal, que requeria o apoio dos parlamentares do PSD e a maioria do Congresso.

Considerando o delicado momento político e as discussões em pauta no cenário nacional foi criada a Frente de Mobilização Popular (FMP) que se posicionou a favor da implementação das Reformas de Base, dando especial foco à Reforma Agrária, "na lei ou na marra, com flores ou com sangue."

---

<sup>83</sup> BRIZOLA, Leonel; *ap.* FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 190 - 191.

<sup>84</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 192.

## 2 A RADICALIZAÇÃO DA FMP E AS REFORMAS DE BASE

### 2.1 A FORMAÇÃO DA FMP E SUAS BASES IDEOLÓGICAS

A atuação de Leonel Brizola para a aprovação das Reformas de Base conquistou um significativo apoio dos membros mais à esquerda do PTB, de militantes de outros partidos políticos, dos sargentos das Forças Armadas e Polícias Militares e também dos marinheiros e fuzileiros navais. A partir disso, no início de 1963, foi fundada, sob a sua liderança, a Frente de Mobilização Popular (FMP) com o objetivo de pressionar o governo para que as Reformas de Base fossem realizadas imediatamente, sem carecer do apoio de parlamentares considerados conservadores. Compunham a FMP muitas organizações entre as quais

[...] os estudantes, com a [União Nacional dos Estudantes] UNE; os operários urbanos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec); os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais com suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária, como a Ação Popular (AP), o [Partido Operário Revolucionário Trotskista] PORT-T e segmentos de extrema esquerda do Partido Comunista Brasileiro (PCB); políticos do grupo compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN); militantes nacional-revolucionários que, dentro do PTB, seguiam a liderança de Leonel Brizola; por fim, setores mais à esquerda do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o grupo político de Miguel Arraes – embora ele apresentasse linha política própria, nem sempre a mesma de Brizola.<sup>85</sup>

A organização da Frente era funcional e flexível e os representantes dos diversos grupos, após intensos debates, tomavam uma decisão conjunta, atribuindo ao líder Brizola a função de repassar tais decisões e esclarecer as ideias defendidas. Brizola, naquele momento, representava a extrema-esquerda trabalhista, unificando ideais e crenças de diversos grupos esquerdistas, muitas vezes divergentes.<sup>86</sup> A instabilidade política que se definia no governo Jango, possibilitou a radicalização rápida desses grupos e Brizola acompanhou esse processo.

<sup>85</sup> FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: as ideias políticas de Leonel Brizola (1961 – 1964). In: FREIRE, Américo; \_\_\_\_\_ (Org.). *op. cit.*, p. 37.

<sup>86</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.*, p. 548.

Seus contundentes discursos expressavam as ideias destes grupos que representava e apresentavam uma mesma linguagem e um mesmo objetivo: a implantação imediata das Reformas de Base, sobretudo a Reforma Agrária. Importa mencionar neste momento, que a medida em que um grupo social se insere em uma situação de conflito ele tende a expressar mais claramente suas representações. Essas representações, indica Pierre Ansart, ao serem difundidas pelo ideólogo, expressam-se através de uma *linguagem simplificadora*, que torna os ideais inteligíveis à maioria. No conflito “a linguagem radicaliza-se, simplifica-se e instala esquemas eminentemente práticos”<sup>87</sup>, e neste terreno complexo e extremamente fértil, o líder se destaca quando consegue “adaptar sua linguagem e produção de signos à dinâmica de radicalização própria do grupo.”<sup>88</sup> Assim sendo, continua o autor, “são as posições mais radicais que conquistam a adesão.”<sup>89</sup>

Nas palavras de Brizola pode-se perceber algumas expressões recorrentes identificadas rapidamente pelos seus leitores e ouvintes, pois eram envolvidas em uma grande retórica política e emocional. As imagens criadas pelo enunciador eram repetidas e encontravam respaldo entre os seus receptores mobilizando bens simbólicos que se reproduziam de forma inconsciente nos imaginários das alas radicais.<sup>90</sup> Uma certeza para as esquerdas era o que Brizola chamava de “desfecho”, o fim de um ciclo.<sup>91</sup> De acordo com o líder trabalhista a “espoliação internacional” representava a origem dos sofrimentos, angústias e pobreza do povo brasileiro e enriquecia uma minoria de brasileiros e estrangeiros. Logo, as reformas se tornavam imprescindíveis e a demora para que fossem realizadas conduziram o povo a um despertar que rapidamente rumava para o “desfecho”. No interior deste “desfecho” havia duas imagens: o “povo” e o “antipovo”. O primeiro concentrava os trabalhadores, estudantes, intelectuais, militares, nacionalistas e todas as pessoas comprometidas com a Pátria; já o segundo representava uma minoria de brasileiros que vendia sua pátria aos estrangeiros, pelo processo espoliativo.<sup>92</sup>

Esta questão remete novamente as indicações de Pierre Ansart que, ao discutir as ideologias e os conflitos de poder, assinala que enquanto a religiosidade

---

<sup>87</sup> ANSART, Pierre. *op.cit.*, p. 123 - 124.

<sup>88</sup> *id. ibid.*, p. 124.

<sup>89</sup> *id. ibid.*, p. 124.

<sup>90</sup> *id. ibid.*, p. 47.

<sup>91</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.*, p. 550.

<sup>92</sup> *id. ibid.*, p. 550 – 551.

pontua o tempo com alguns momentos simbólicos, as ideologias cumprem o papel de incorporar a diversidade numa unidade e a partir disso renovar as interpretações do cotidiano. A religião pode ser evasiva em algumas questões, enquanto a ideologia precisa apresentar critérios sérios para conseguir legitimar a ação presente em favor de um *futuro considerado desejável*. Desse modo, a ideologia política “renova o empreendimento mítico e religioso de identificação dos indivíduos”<sup>93</sup> e convida um grupo particular (neste caso específico a FMP não fugiu a regra) para uma ação também particular. Nesse sentido, as ideologias ao privilegiarem “a questão do futuro coletivo, não podem propor nenhum critério absoluto para lhe dar uma resposta.”<sup>94</sup> Com base nestas indicações, pode-se inferir que para Brizola e a FMP, o desfecho estaria na reação do povo contra as grandes injustiças econômicas e sociais, por meio do conflito com o antipovo, que entregava suas riquezas e futuro [do povo] nas mãos de estrangeiros. Portanto, a possível vitória do povo, colocaria um ponto final no ciclo da exploração imperialista sobre o Brasil.

O grande porta-voz do discurso brizolista e da FMP foi o jornal *Panfleto, o jornal do homem da rua*, publicado semanalmente entre fevereiro e março de 1964. O objetivo principal do periódico consistia em divulgar as ideias e decisões da FMP, além de denunciar a espoliação econômica, informar sobre a política internacional e nacional, sobretudo os fatos que corroboravam, ou não, para a realização das Reformas de Base, além de apresentar artigos sobre arte e cultura nacional. Cada edição apresentava em sua primeira página uma chamada sobre o editorial escrito pelo líder da FMP e dos nacional-revolucionários (responsáveis diretos pelo jornal), assim, na segunda página do periódico, o leitor tinha acesso direto a uma mensagem de Brizola.

De acordo com Pierre Ansart na divulgação das ideologias através de jornais, revistas, livros, entre outros meios, o ideólogo torna-se o porta-voz do movimento revoltoso e sem o peso que a posteridade tende a lhe conceder, pois os seus discursos, quando divulgados em meios de rápida produção e consumo, conseguem expressar a mobilidade e a intensidade da vida intelectual do movimento constituindo-se na *palavra viva* deste movimento à medida que exterioriza suas certezas e interrogações.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> ANSART, Pierre. *op. cit.*, p. 40.

<sup>94</sup> *id. ibid.*, p. 40.

<sup>95</sup> *id. ibid.*, p. 110.

O primeiro artigo publicado no *Panfleto* apresentou a análise de Brizola sobre *A Carta Testamento* de Getúlio Vargas que para ele era “o mais importante manifesto dirigido ao povo brasileiro, desde a nossa independência”<sup>96</sup>. Para se entender o editorial em toda sua dimensão ideológica faz-se necessário ressaltar que o artigo trata “da leitura de um político esquerdista da conjuntura da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã sobre o texto de um líder nacionalista da época da Segunda Guerra Mundial”.<sup>97</sup> Brizola formou seu embasamento ideológico no PTB e na conjuntura do início do trabalhismo, deixando claro em seu texto que foi a carta de Vargas que marcou o imaginário de toda uma geração que se identificava com o projeto político do ex-presidente. Dessa forma, tanto Brizola quanto os nacional-revolucionários viam em Vargas “o *mártir e precursor da libertação do nosso povo* da justiça social e da espoliação econômica”.<sup>98</sup>

Além disso, no mesmo artigo, afirmou que “o significado e o valor de um manifesto político resulta de seu conteúdo, da autoridade de seu signatário e das circunstâncias de seu surgimento”<sup>99</sup> e se preocupou em demonstrar que a *Carta Testamento* cumpria essas determinações, sendo sua autenticidade e autoridade incontestável, visto que havia sido redigida pelo Presidente da República em exercício de seu cargo, e não por “um cidadão ou político qualquer.”<sup>100</sup> Ressaltou também que as circunstâncias que conduziram Vargas a sacrificar sua vida garantiam a autenticidade de sua mensagem e questionou sobre o conteúdo da carta para argumentar que esta denunciava

[...] ao povo brasileiro a existência de uma minoria de poderosos e de privilegiados, associados da espoliação, insensíveis aos interesses do País e apegados exclusivamente ao lucro e aos seus negócios – embora invocando sempre a democracia e as liberdades – e cujos interesses formam a tessitura de poder e dominação que mantém o nosso povo aprisionado à exploração e ao atraso, impedido de realizar a si mesmo.<sup>101</sup>

Além dessas questões, Brizola também explicou os motivos que conduziram o então presidente a não citar expressamente as Reformas de Base, pois estava

<sup>96</sup> BRIZOLA, Leonel. A carta de Vargas. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964. p. 2.

<sup>97</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op.cit.*, p. 554.

<sup>98</sup> BRIZOLA, Leonel. A carta de Vargas. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 2. [grifo do autor]

<sup>99</sup> BRIZOLA, Leonel. A carta de Vargas. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 2.

<sup>100</sup> BRIZOLA, Leonel. A carta de Vargas. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 2.

<sup>101</sup> BRIZOLA, Leonel. A carta de Vargas. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 2.

implícito na carta "o conceito de que reformas e libertação são termos de um mesmo problema", afinal continuou o deputado<sup>102</sup>,

[...] reformar quer dizer organizar uma sociedade justa, terracear a economia contra a erosão, fazer a retenção da poupança local e dos frutos do trabalho do povo e promover o desenvolvimento. [...] Não há reformas sem libertação, nem libertação sem reformas.<sup>103</sup>

Em sua análise, Brizola destacou que as minorias citadas por Vargas eram a representação do antipovo e da antinação, afirmando que o manifesto estava acima de suspeitas, por ter sido escrito por um político equilibrado, sereno, de espírito ameno e conciliador, e justificou sua afirmação alegando que até mesmo os historiadores compreendiam Vargas em toda a amplitude de sua vida e carreira política, embora para o "povo brasileiro [...] que o tem como líder e inspirador, o que deve prevalecer é o seu pensamento conclusivo e a sua palavra final."<sup>104</sup>

Concluindo o seu artigo, apontou Getúlio Vargas como um "revolucionário autêntico [...] capaz de oferecer a sua vida em holocausto à causa de libertação de seu povo" e comparou o seu sacrifício ao de Tiradentes, interligando sua atitude individual a uma rede de significados que se complementariam com o discurso da espoliação econômica. O líder trabalhista teria se sacrificado "para que o povo, do qual ele fora escravo, jamais venha a ser escravo de quem quer que seja"<sup>105</sup> e com seu sacrifício, conclamou à resistência e à luta todos os brasileiros, pois a sua morte serviu "para que as nossas consciências despertassem,"<sup>106</sup> afinal, conclui Brizola, "Vargas cumpriu com sua missão. É, hoje, o mártir, o precursor de nossa libertação. E porque assim foi, hoje somos milhões e milhões por todos os recantos da Pátria".<sup>107</sup>

Com o exemplo da Carta Testamento, Brizola ao defender sua ideologia, reafirmou o convite para que o povo brasileiro lutasse na restauração a pátria que estava sendo roubada de suas mãos, demonstrando que os valores políticos veiculados pelas ideologias também se investem de afetividades, pois o ideólogo, nas palavras de Ansart, não apresenta "um leque de possibilidades entre as quais [o

<sup>102</sup> Leonel Brizola foi eleito em 1962 Deputado Federal pelo estado da Guanabara.

<sup>103</sup> BRIZOLA, Leonel. A carta de Vargas. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 2.

<sup>104</sup> BRIZOLA, Leonel. A carta de Vargas. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 2.

<sup>105</sup> BRIZOLA, Leonel. A carta de Vargas. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 2.

<sup>106</sup> BRIZOLA, Leonel. A carta de Vargas. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 2.

<sup>107</sup> BRIZOLA, Leonel. A carta de Vargas. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 2.



ouvinte] faria a sua escolha, e sim uma verdade moral à qual seria indigno e degradante furtar-se”.<sup>108</sup> Em seu artigo Brizola apresentava ao Brasil o exemplo máximo de luta em prol da pátria: a morte de Vargas, e convidava o leitor a unir-se a ele em busca de um *futuro coletivo*, destacando essa possibilidade como a única aceitável a quem se autodenominava brasileiro.

Além disso, o líder da FMP, ao recuperar o mito Vargas, buscou atingir os imaginários sociais para incitá-los à ação; afinal o mito se configura na expressão da *experiência cotidiana* e na representação do *imaginário vivido*, fornecendo uma rede de significados que permite explicar e pensar o mundo a partir de uma perspectiva única. Para Pierre Ansart, com base em Marcel Griaule, o mito é uma linguagem universal, e através dela se torna possível projetar, repensar e ordenar todos os fenômenos. As *identidades parciais* se constroem nos diferentes *momentos da narrativa mítica*, e por meio desta narrativa, a *lógica do mito* se transporta, idealmente, para a *lógica social*. Desta forma, para o autor, as diversas práticas, tanto profanas, quanto sagradas, encontram sentido na narrativa mítica e o constante retorno ao mito original, citado como  *festa da volta*, se faz necessário, para que toda vez sejam reafirmadas a *adequação do vivido* e a *vida coletiva*.<sup>109</sup>

Aplicando esta indicação à leitura de Brizola da *Carta Testamento* percebe-se o uso de termos e ideias que não se sustentam, mas com o ideário e discurso produzido encontraram sentido no texto original e na conjuntura política vivenciada durante o governo João Goulart. Ao utilizar a imagem de um político internalizada nos imaginários sociais de grande parte da população, principalmente dos operários, que recém tinham sido impactados pelo suicídio do ex-presidente, Brizola conseguiu mobilizar as paixões políticas individuais em prol da luta pelas Reformas de Base, promovendo, sempre que possível, a *festa da volta*, e reafirmando a *adequação do vivido* e a *vida coletiva* da Frente de Mobilização Popular.

Para que a ideologia da FMP conseguisse atingir a maioria da população brasileira foram criados os Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, que seriam em sua essência a reunião de onze pessoas comuns que discutiriam os ideais e ações da FMP com o objetivo de divulgá-los pelo Brasil. A organização dos Grupos dos 11, tornou-se a principal ação da FMP enquanto

---

<sup>108</sup> ANSART, Pierre. *op. cit.*, p. 45.

<sup>109</sup> *id. ibid.*, p. 24.

mobilização efetiva das massas e se configurou em um dos principais defensores das propostas da extrema-esquerda.

## 2.2 OS GRUPOS DOS ONZE COMPANHEIROS E A DEFESA DAS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS

Na primeira edição do *Panfleto*, além das reflexões sobre a carta de Getúlio Vargas, Leonel Brizola publicou a Cartilha dos Grupos dos 11, para divulgar esta nova organização que visava a

[...] atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe, venha donde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana, e a sagrada determinação de luta pela libertação de nossa Pátria da espoliação internacional.<sup>110</sup>

No artigo, o líder da FMP afirmava que o "desfecho" de um período cruel estava se aproximando e por este motivo, alerta ele, o antipovo apertaria "o cerco contra o povo, procurando manter o controle da situação em suas mãos".<sup>111</sup> Este *antipovo* para desvalorizar a luta do *povo* passou a denominar os que combatem o processo espoliativo e reivindicam as Reformas de Base como

[...] agitadores, extremistas, radicais, subversivos, fidelistas, comunistas e tudo o mais o que se lê e ouve diariamente. E daí caminham para o Estado de Sítio, para as pressões, para medidas policiais contra o que chamam de agitação, para as restrições das liberdades públicas e individuais, para o chamado governo forte, para o golpe e a ditadura.<sup>112</sup>

Logo, para Brizola, as ações do antipovo eram realizadas em defesa da ordem dos cemitérios, da democracia das minorias, da liberdade de lucrar, do enriquecimento de alguns e do empobrecimento do povo e pela família, mas não as famílias do povo.<sup>113</sup>

<sup>110</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos "Grupos de Onze Companheiros" ou "Comandos Nacionalistas". *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p.15.

<sup>111</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos "Grupos de Onze Companheiros" ou "Comandos Nacionalistas". *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p.14.

<sup>112</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos "Grupos de Onze Companheiros" ou "Comandos Nacionalistas". *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p.14.

<sup>113</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos "Grupos de Onze Companheiros" ou "Comandos Nacionalistas". *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p.14.

Para que o povo pudesse se preparar para o "desfecho" era imprescindível e urgente a organização, pois “povo desunido, povo desorganizado é povo submetido, sem condições de defender seus mais sagrados interesses e de realizar seu próprio destino”.<sup>114</sup> Brizola considerava ainda a grande extensão territorial do Brasil uma grande dificuldade para que a organização ocorresse, visto, segundo ele, o pouco tempo disponível até que as oligarquias dominantes e conservadoras pressionassem as forças populares. Para que a organização se efetivasse era “indispensável, portanto, o apelo a iniciativa de cada um, ao gênio criador de nosso povo, à sua própria capacidade de organização”<sup>115</sup>. Esse movimento espontâneo que incitava foi comparado a Campanha da Legalidade, e como naquele momento histórico as iniciativas precisavam "surgir por toda a parte, onde quer que se encontre um brasileiro consciente, um nacionalista, um patriota.”<sup>116</sup>

Isto posto, o líder petebista anunciou “uma organização simples, ao alcance de todos, mesmo nas áreas ou localidades mais isoladas e distantes”<sup>117</sup>, os Grupos dos 11 Companheiros ou Comandos Nacionalistas, deveriam formar uma “organização de pequenas unidades”<sup>118</sup> com o objetivo de “articular e reunir imensos contingentes do povo brasileiro”.<sup>119</sup> Sua organização tencionava

[...] consolidar e cimentar a unidade das forças populares e progressistas, de nacionalistas civis e militares, de todos os getulistas e trabalhistas que se consideram convocados pela CARTA DE VARGAS, de todos os homens e mulheres, que se disponham a lutar em defesa de nossas conquistas democráticas, por uma democracia autêntica, pela realização imediata das reformas de base e pela libertação do nosso povo da espoliação internacional.<sup>120</sup>

Esses grupos foram associados a um time de futebol composto por onze jogadores, que ocupam a sua função e trabalham juntos em prol de um objetivo em

<sup>114</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p.14.

<sup>115</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 14.

<sup>116</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 14.

<sup>117</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 14.

<sup>118</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 14.

<sup>119</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 14.

<sup>120</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 14 - 15. [grifo do autor]

comum. Ao utilizar a imagem de um time de futebol, Brizola conseguia de forma simples, explicar aos brasileiros como funcionariam os grupos, visto que um time de futebol ao enfrentar um adversário estruturado necessitaria que as ações individuais fossem substituídas "pela ação organizada em equipes humanas, articuladas entre si e interligadas adequadamente, para efeito de coordenação e comando".<sup>121</sup> Além disso, para que os atores do movimento revoltoso possam dominar simbolicamente as ações propostas, se faz necessário que "uma linguagem clara simplifique as explicações"<sup>122</sup> e esta linguagem se constituirá no ponto de comunicação entre o ideólogo e os participantes do movimento tornando-se necessária e indissociável da ação comum.<sup>123</sup>

Os brasileiros que compunham o *povo* e estavam engajados na luta pela defesa da Pátria eram convocados a "tomar a iniciativa junto a seus companheiros e amigos, de sua vizinhança em primeiro lugar, de fábrica, escritório, da sua classe, do rincão onde vive[m], pelas lavouras e pelos campos [...], reunir-se e fundar a organização".<sup>124</sup> Depois de reunidos, os componentes deveriam lavrar e assinar uma ata onde constasse os objetivos do Grupo, sendo que este documento deveria ser encaminhado ao líder Leonel Brizola. O Grupo também precisaria escolher um líder, a sede (que poderia ser a casa de um dos componentes) e "estabelecer, entre si, um sistema de avisos, de tal modo que o Grupo possa se reunir ou se mobilizar em minutos, para o caso, por exemplo, de ameaça ou iminência de um golpe".<sup>125</sup>

Outra função importante e destacada no artigo era a escuta das transmissões dos discursos pela Rádio Mayrink Veiga, que iam ao ar todas as sextas-feiras a partir das 21h30min, uma vez que por essas transmissões seriam repassadas as ações e pensamentos da FMP e dos nacional-revolucionários tendo por porta-voz o próprio Leonel Brizola. Conforme o jornalista Francisco das Chagas Leite Filho "a fala de Brizola batia todos os recordes. Logo outras emissoras de diversos Estados se filiaram à Mayrink Veiga, formando a Rede do Esclarecimento."<sup>126</sup>

---

<sup>121</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos "Grupos de Onze Companheiros" ou "Comandos Nacionalistas". *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 14.

<sup>122</sup> ANSART, Pierre. *op. cit.*, p. 117.

<sup>123</sup> *id. ibid.*, p. 117.

<sup>124</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos "Grupos de Onze Companheiros" ou "Comandos Nacionalistas". *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 14.

<sup>125</sup> BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos "Grupos de Onze Companheiros" ou "Comandos Nacionalistas". *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 14.

<sup>126</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 252.

Na primeira edição de *Panfleto*, como em diversos outros textos produzidos por Brizola pôde-se perceber que, ao elencar as dificuldades vividas pela população brasileira, o líder da FMP procurou atingir as paixões políticas individuais de quem viveu as consequências das gestões políticas que estavam no poder. Como um ideólogo que em seus discursos “dirige-se a cada um individualmente”<sup>127</sup>, Brizola, conseguiu tornar um problema vivido pelo país, a Reforma Agrária, em um problema vivido por toda a sociedade, apresentando as ações necessárias para se combater o *antipovo*. Ao rememorar a *Carta Testamento* e a “grande mensagem” que continha, promoveu a *feira da volta* e incitou seus interlocutores a se considerarem convocados por Vargas na união em defesa do Brasil.

### 2.3 LEONEL BRIZOLA: FAZER CRER E FAZER AMAR

O vasto apoio popular recebido por João Goulart no plebiscito que elegeu o presidencialismo como o regime que deveria prevalecer no país, foi rapidamente transformado em reivindicações pela realização das Reformas de Base, visto que agora o presidente concentrava todos os poderes do cargo. Para tanto, Jango contava com o apoio dos grupos esquerdistas e procurava o apoio de parlamentares do PSD. De acordo com sua trajetória política, João Goulart sempre foi um homem de conversa na busca de entendimento e nos cargos políticos que atuou, registrou a marca da conciliação, das alianças e das negociações com seus opositores, objetivando o equilíbrio político. No cargo de presidente da República, Jango não agiu diferente e procurou aliar o PTB e o PSD para que assim, com maioria no Congresso, conseguisse a implantação das reformas a partir de acordos pela via parlamentar. Todavia, os grupos liderados por Brizola vislumbravam a aliança com o PSD uma política conciliatória dispensável, visto que, o presidente contava com as forças populares ao seu lado. Dessa forma, as Reformas deveriam ser implantadas apenas com o apoio das esquerdas unidas na FMP, e portanto, o presidente não deveria renunciar a nenhum dos pontos defendidos para manter o equilíbrio político.

A política de conciliação foi alvo das críticas realizadas pela FMP como instrumento de desaprovação do governo Goulart e de pressão para a realização imediata das reformas. O PTB e o PSD apresentavam visões políticas diferentes e

---

<sup>127</sup> ANSART, Pierre. *op. cit.*, p. 46.

as esquerdas e os grupos conservadores entravam em conflito sobre diversos assuntos, sobretudo no que dizia respeito a implementação da Reforma Agrária. De acordo com o dispositivo constitucional, como já explicado, no caso de qualquer desapropriação, as indenizações em dinheiro deveriam ser realizadas com antecedência. No entanto, a FMP discordava deste dispositivo e defendia que a Constituição deveria ser alterada, alegando ser inaceitável, diferente de Goulart, qualquer proposta de reparação financeira para os latifundiários. Além disso, ao desconsiderar

[...] o poder de veto da maioria parlamentar pessedista do Congresso, as esquerdas partiram para a estratégia de pressionar o governo e de mobilizar os trabalhadores nas ruas. [...] As esquerdas avançavam em seu crescente processo de radicalização, certas de sua superioridade sobre as direitas e, sobretudo, acreditando na necessidade de um confronto com elas.<sup>128</sup>

Brizola, que agora ocupava o cargo de Deputado Federal pelo estado da Guanabara, estava no auge de sua popularidade e seus discursos, transmitidos pela Rede do Esclarecimento, chegavam a casa dos populares que se identificavam com os problemas denunciados. De licença da Câmara com o objetivo de realizar comícios pelo Brasil, o político petebista, partiu para o confronto, disposto a morrer, e conforme suas palavras proferidas em março de 1963:

[...] se essas decisões (as reformas) não vierem, teremos o direito de buscar outros caminhos, que caminhos serão esses? Não sei, falo com sinceridade, mas esses caminhos existem. Aqueles que lutaram pela libertação de nosso país do jugo português souberam seguir esses caminhos; os republicanos os seguiram. E quanto tributo de sangue foi necessário! Nos também, para libertar 60 milhões de brasileiros da submissão, daremos nosso tributo de sangue como o deram nossos antepassados para as conquistas alcançadas pelo nosso povo, através da História.<sup>129</sup>

Em movimentos ideológicos de revolta, os imaginários tendem a radicalização, e quanto mais radical é o imaginário, indica Pierre Ansart, “mais precisa inventar o futuro”<sup>130</sup>, logo se o movimento limita-se, “a repetir uma história [...], o imaginário se nutre de imagens precisas e as palavras veiculadas [...]

<sup>128</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.*, p. 562.

<sup>129</sup> BRIZOLA, Leonel; *ap.* DCN; *ap.* FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 241.

<sup>130</sup> ANSART, Pierre. *op. cit.*, p. 121.

encarregam-se de uma definição bastante clara.”<sup>131</sup> Se por um lado, as imagens de *povo, país/nação, libertação* repetidas em vários discursos do líder petebista, como no exemplo acima citado, expressam o conflito ideológico e apresentam uma clara definição, por outro lado, dada a uma dinâmica histórica específica, inscreve-se “no fantasma do futuro e precisa inventar-se a si mesmo.”<sup>132</sup>

Brizola propagandeou pelo Brasil seus ideais nacionalistas, organizando movimentos de protestos, passeatas, greves, reuniões com o objetivo de pressionar o governo para a realização das reformas. A atmosfera, proporcionada pelo governo Goulart, possibilitou uma “pulsção renovadora”, o desejo de mudança se tornou latente, impulsionado pelo clima de liberdade promovido pelo governo e dessa maneira os sindicatos se revigoraram, as greves multiplicaram-se pelo país, os estudantes universitários viveram momentos de grande atividade e a quantidade de jornais de todas as tendências aumentou significativamente.<sup>133</sup> Esse clima de liberdade chegou até as Forças Armadas e dos 40 mil sargentos na ativa, 22 mil eram brizolistas.<sup>134</sup>

Nesse clima de liberdade e de desejos de mudanças, João Goulart, por não conseguir conciliar os parlamentares, enfrentou diversas crises em seu governo que o conduziram a se isolar politicamente, e em março de 1963,

[...] propôs a aprovação da ementa constitucional que alterava o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição, que exigia o pagamento prévio em dinheiro para a desapropriação de terras, como também a regulamentação do artigo 147, que tratava da desapropriação por interesse social.<sup>135</sup>

Conforme o projeto, a indenização prévia seria abolida e os proprietários ressarcidos com títulos da dívida pública, alterando consideravelmente a estrutura agrária do país. A UDN rejeitou a proposta, o PSD aceitou, desde que, os títulos passassem por correção monetária e o PTB negou-se a negociar qualquer alteração da proposta inicial e as consequências dessa derrota foram decisivas para o governo Goulart e para os rumos políticos do país. Este cenário permitiu a aproximação entre UDN e PSD e assim, o projeto de Goulart para aliar centro e

<sup>131</sup> *id. ibid.*, p. 121.

<sup>132</sup> *id. ibid.*, p. 121.

<sup>133</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 243 - 244.

<sup>134</sup> FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.24, n.47, 2004, p. 189. Disponível em: < <http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

<sup>135</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 341.

esquerda no Congresso fracassou. As esquerdas por sua vez, utilizaram inúmeros argumentos para negar qualquer tentativa de realizar as reformas por vias legais.

Um dos principais dissabores do presidente ocorreu com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e por consequência com os Estados Unidos referente a renegociação da dívida externa. No plano econômico, Goulart implementou ainda em 1963, o chamado Plano Trienal, criado por Celso Furtado e San Tiago Dantas. O plano objetivava:

[...] estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e o combate a inflação, sem comprometer, contudo, o desenvolvimento econômico. Após as primeiras medidas de cunho ortodoxo e o consequente controle da inflação, seguiriam reformas estruturais – administrativa, bancária, fiscal e, principalmente, agrária. Novidade para a época, pela primeira vez um plano de estabilização econômica seria acompanhado por reformas estruturais e de cunho social.<sup>136</sup>

No entanto, frente ao tumultuado contexto político o Plano Trienal não se sustentou e tornou-se uma peça fictícia. A inflação continuou a subir e o FMI bloqueou os créditos ao Brasil além de exigir um austero plano de estabilização e o pagamento de indenizações. Goulart enfrentava também um forte movimento sindical e camponês, que aliados as esquerdas, se radicalizavam rapidamente. Os problemas gerados pela inflação e dívida externa somente se resolveriam com a repressão aberta a esses setores e um forte arrocho salarial. No entanto, essa opção não existia para o presidente que negou as exigências do FMI. Na busca de uma saída, Jango implementou a Lei de Remessa de Lucros, já citada, que após sua aprovação no Congresso aumentou ainda mais a tensão com os Estados Unidos. Em represália o governo estadunidense suspendeu todos os créditos para o governo federal e apoiou financeiramente alguns governadores de estados e municípios adversários a Goulart. As esquerdas lideradas por Brizola continuavam a criticar o governo que, sob sua ótica insistia em sua proposição de “conciliar com os representantes do grande capital e o imperialismo americano”<sup>137</sup> traindo dessa forma a nação. Novamente João Goulart se viu rechaçado pelas esquerdas e sem o apoio do PSD que se aproximava da UDN. Esta por sua vez, contava com o apoio incontestado dos norte-americanos.

---

<sup>136</sup> ONOFRE, Gabriel da Fonseca. As duas faces de Jango: As esquerdas trabalhistas de San Tiago Dantas e Brizola. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). *op. cit.*, p.166.

<sup>137</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 245.



Muitos historiadores concordam que nesse estágio de seu governo, João Goulart sem conseguir aprovação da ala mais radical de seu partido, viu-se obrigado a apoiar a “estratégia da FMP de mobilizações de rua com o objetivo de pressionar o Congresso” para a aprovação das reformas de base.<sup>138</sup> Com o isolamento cada vez maior do presidente a conspiração contra seu governo passou a acontecer livre e abertamente agora por meio das atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>139</sup> e do IPES, que de acordo com o Serviço Federal de Informações e Contrainformações, passaram a promover movimentações golpistas, fato informado ao presidente.<sup>140</sup> Jango acreditava que a maioria legalista da oficialidade do exército (que havia se ligado a Brizola na Campanha da Legalidade) e o apoio popular impediriam um possível golpe de Estado e desarticulariam qualquer atentado a democracia.<sup>141</sup> Porém cabe aqui destacar que durante seu governo, o presidente havia mudado por quatro vezes o Ministro da Guerra e estas mudanças geraram diversos cargos militares, que permitiram ao movimento conspiratório encontrar um terreno fértil para a difusão de suas ideologias entre os componentes do Exército.

Em fins de 1963, João Goulart enfrentou ainda duas graves crises que corroeram as suas bases políticas. Em setembro, o Supremo Tribunal Federal julgou e considerou inelegíveis os sargentos eleitos no ano anterior e suspendeu os mandatos dos que haviam assumido cargos eletivos. Após uma assembleia em Brasília, convocada pelo sargento Prestes de Paula, foi decidido que os sargentos realizariam um protesto, que se desencadeou em uma tentativa de insurreição armada em âmbito nacional. Os sargentos conseguiram tomaram o controle dos principais pontos militares de Brasília. A facilidade com que conquistaram estes pontos vitais da capital da República impressionou os parlamentares. O próximo passo planejado pelos sargentos consistia em sublevar o país, porém a oficialidade iniciou a repressão e o movimento foi derrotado.<sup>142</sup>

---

<sup>138</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 352.

<sup>139</sup> Fundado em maio de 1959 por Ivan Hasslocher e financiado pelo governo estadunidense, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática reunia empresários brasileiros e estrangeiros que, descontentes com a disparada da inflação, julgaram necessário combater o comunismo no Brasil e influenciar os rumos do debate econômico, político e social do país. PAULA, Christiane Jalles de. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

<sup>140</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 353.

<sup>141</sup> *id. ibid.*, p. 357.

<sup>142</sup> Os sargentos conseguiram tomar controle em Brasília do Serviço de Radiopatrulha do Departamento Federal de Segurança Pública no Ministério da Justiça e da Central Telefônica, da

Esse episódio acarretou sérias consequências políticas ao presidente, fragilizando ainda mais o seu já abalado governo. As esquerdas passaram a defender os sargentos detidos pelas forças militares, e por meio de o *Panfleto* divulgaram sua posição:

O que queremos é anistia e não colcha de retalhos. Anistia para os nossos camaradas processados [...]. Que resolvam também o problema da elegibilidade, pois, os sargentos querem, devem e se farão representar no Congresso Nacional e nas demais casas legislativas do país.<sup>143</sup>

Nos quartéis se disseminou a desconfiança e vários oficiais que simpatizavam com as causas nacionalistas começaram a recuar. Os líderes mais destacados do movimento foram enviados a lugares esmos e boa parte da imprensa se afastou do governo ampliando suas críticas ao presidente, com mensagens sobre o perigo da ameaça comunista que se espalhava pelo país. Ademais, parte dos oficiais impressionados com o levante dos sargentos passou a concordar com os argumentos dos conspiradores no meio militar.<sup>144</sup>

A segunda grande crise que se desencadeou em outubro de 1963 deveu-se a publicação de uma entrevista concedida por Carlos Lacerda ao *Los Angeles Times*, divulgada no jornal *Tribuna da Imprensa*, entrevista esta que “insultou o presidente e atingiu a honra das Forças Armadas.”<sup>145</sup> Nela, o udenista criticou os comunistas que apoiavam politicamente o presidente Goulart, afirmou que os Estados Unidos exerceriam papel fundamental na crise por qual passava o país e informou que os militares estavam considerando que se fosse necessário, retirariam o presidente de seu cargo pelo bem da Pátria.<sup>146</sup> Indignados, os militares legalistas reagiram com o objetivo de preservar a autoridade do cargo presidencial e exigiram que o presidente decretasse o estado de sítio. Sob a alegação da crescente violência de fundo político e das sucessivas ondas de greve, Goulart enviou no dia 4 de outubro o pedido ao Congresso. Após ser bombardeado com as reações contrárias vindas de

---

Base Aérea, do Grupamento de Fuzileiros Navais, do Ministério da Marinha, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 361 - 362.

<sup>143</sup> LEMOS, Paulo. *Trincheira dos Sargentos: Anistia para os sargentos e trabalhadores. Panfleto*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1964, p. 9.

<sup>144</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 363 – 364.

<sup>145</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.*, p. 563.

<sup>146</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 365.

todos os lados e o afastamento definitivo das esquerdas agrupadas na FMP o pedido de sítio foi retirado.

A renúncia em dezembro de 1963 do Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, contribuiu para aumentar o distanciamento do presidente da sua principal base de apoio visto que, na visão da FMP, aquela era uma ótima oportunidade para retomar as propostas das Reformas de Base colocando no cargo Leonel Brizola. No entanto, Jango sabia que seria um presidente com poderes limitados caso Brizola passasse a ditar a política econômica<sup>147</sup> e para impedir que isso acontecesse, nomeou para a pasta o desconhecido presidente do Banco do Brasil, Nei Galvão. Essa ação aumentou a pressão e as críticas ao governo por parte da FMP.

A conciliação desejada por Goulart não se efetivava como previra no primeiro ano sob o regime presidencialista. Dessa forma, o presidente iniciou o ano de 1964 em uma delicada situação, com suas bases afastadas de seu governo e com seus opositores tramando um golpe de estado para retirar de suas mãos, o exercício do poder.

#### 2.4 FMP: TENTATIVAS NO FAZER AGIR

Após tantas crises e desafetos com suas bases, a conspiração dos grupos direitistas contra o governo de Jango ganhou mais força e cresceu vertiginosamente. No intuito de refazer as bases de apoio a Goulart, San Tiago Dantas, criou a Frente Progressista (FP), que denominava como a "esquerda positiva", indicando uma clara oposição a "esquerda negativa", ou seja, os grupos liderados por Brizola. A FP deveria representar "um movimento de união nacional em defesa das reformas de base e das instituições democráticas"<sup>148</sup> e isolar os grupos de esquerda brizolistas. A FMP por sua vez, passou a veicular em fevereiro de 1964 o semanário o *Panfleto* e continuou a criticar ferozmente o presidente e sua política de conciliação.

Em nova edição, o periódico o *Panfleto* realizou uma reflexão sobre o exercício do poder no Brasil, trazendo a tona a posição de isolamento de Goulart e a divisão do quadro político brasileiro. Para o líder da FMP o poder era exercido em

---

<sup>147</sup> ONOFRE, Gabriel da Fonseca. As duas faces de Jango: As esquerdas trabalhistas de San Tiago Dantas e Brizola. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). *op. cit.*, p. 168.

<sup>148</sup> *id. ibid.*, p. 169.

partes e “ninguém, nesses dias dispõe da *hegemonia do Poder*”<sup>149</sup>, pois o presidente, continua Brizola, tinha “em suas mãos [...] apenas nominalmente, legalmente, a hegemonia do Poder.”<sup>150</sup> Brizola acusou Goulart de ter perdido o poder que havia sido conquistado por duas vezes: na Campanha da Legalidade e no Plebiscito. Sendo que naquele momento quatro correntes lutavam

[...] pelo controle e pela hegemonia do Poder: as minorias dominantes e reacionárias que estão fora do governo (podem ser simbolizadas na UDN, Carlos Lacerda, Ademar, etc.), as minorias dominantes e reacionárias que estão dentro do Governo (PSD) – o próprio Governo (Presidente João Goulart e contingentes que o acompanham, oficialismo, muitos carreiristas e oportunistas) e as *Forças Populares* da maioria esmagadora do povo brasileiro.<sup>151</sup>

Logo, de acordo com Brizola estava instaurada uma guerra entre essas correntes e a organização seria o único caminho para as Forças Populares.

Nas próximas edições o *Panfleto* continuou criticando o presidente, os setores e representantes conservadores, além de denunciar, principalmente Carlos Lacerda e San Tiago de cometerem fraudes, corrupção e espoliação. Em uma dessas edições Brizola, após questionar a autenticidade da liderança de Jango, afirmou que

O melhor aviso que posso dar ao povo, visando auxiliá-lo no julgamento de seus líderes, é que tenha sob os olhos não a palavra, mas a ação daqueles a quem segue. Porque uma ação corajosa vale mil vezes mais do que um milhão de palavras, mesmo igualmente corajosas.<sup>152</sup>

Ao tratar do processo de produção dos movimentos revoltosos, Pierre Ansart salienta que durante o conflito ocorre a criação discursiva, produzindo significados e apelos através de um “fluxo de denúncias aparentemente repetitivas da ordem vigente e de evocações fervorosas das soluções propostas”, reafirmando os objetivos e com isso mantendo a coesão e a *mobilização das energias*.<sup>153</sup> Nos diversos discursos de Brizola analisados para esta pesquisa monográfica, tornou-se visível as repetições de termos por parte do petebista que sempre lembrava os *marcos históricos* do movimento e reafirmava os objetivos da FMP. E se considerarmos que a repetição permite com que o movimento permaneça coeso,

<sup>149</sup> BRIZOLA, Leonel. Só um caminho se impõe. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1964, p. 2. [grifo do autor]

<sup>150</sup> BRIZOLA, Leonel. Só um caminho se impõe. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1964, p. 2.

<sup>151</sup> BRIZOLA, Leonel. Só um caminho se impõe. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1964, p. 2.

<sup>152</sup> BRIZOLA, Leonel. A autenticidade das lideranças. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1964, p. 3.

<sup>153</sup> ANSART, Pierre. *op. cit.*, p. 103.

reafirmando seus principais ideais e introjetando em seus atores crenças e normas que serão repetidas inconscientemente, constata-se que Brizola atingia os seus objetivos.

À medida que a crise no governo crescia, o discurso se radicalizava e em 9 de março de 1964 o *Panfleto* publicou um artigo intitulado “*Lacerda: subproduto da conciliação*”, no qual Brizola teceu contundentes críticas ao seu principal opositor e a política de conciliação de Goulart.

No artigo lembrou a força da ação popular em dois momentos importantes na história política do governo Goulart: a Campanha da Legalidade e o plebiscito. Sobre o primeiro momento, o líder da FMP lembrou que “tornou-se necessário que o próprio povo, em impressionante unidade, se mobilizasse, de fuzil na mão, para que fosse respeitado o direito de o então Vice-Presidente da República assumir a Presidência.”<sup>154</sup> Mesmo com essa mobilização Jango assumiu no regime parlamentarista tendo, segundo o escritor, “o primeiro ato da política de acomodação.” Ao tratar do plebiscito lembrou que:

Dez milhões de brasileiros, ofereceram impressionante demonstração de coesão, num pleito que a corrupção do poder econômico e a opressão das oligarquias não puderam desvirtuar nem viciar os resultados. A consulta plebiscitária de janeiro de 63 foi, decididamente, um pleito livre, onde o povo brasileiro manifestou sua vontade na plenitude de sua consciência cívica e de suas convicções.<sup>155</sup>

Novamente com o largo apoio popular o presidente continuou com sua política conciliatória e Brizola elencou diversos pontos que corroboram essa política e como contribuíram para o crescimento dos chamados espoliadores. Também denunciou Lacerda por receber empréstimos norte-americanos de “cerca de 200 bilhões de cruzeiros [...] sem qualquer controle do Governo da República.”<sup>156</sup> Ao concluir seu texto, conclamou novamente as forças populares à resistência afirmando “que é no povo, na sua organização e na sua capacidade de luta que devemos depositar a nossa fé”<sup>157</sup> e ao buscar o consentimento dos atores sociais envolvidos neste processo decisório, utilizou-se de uma linguagem política criadora e reprodutora de *slogans*, que para Ansart são destinados a renovar as manifestações de apoio.<sup>158</sup>

<sup>154</sup> BRIZOLA, Leonel. Lacerda: subproduto da conciliação. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1964, p. 2.

<sup>155</sup> BRIZOLA, Leonel. Lacerda: subproduto da conciliação. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1964, p. 2.

<sup>156</sup> BRIZOLA, Leonel. Lacerda: subproduto da conciliação. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1964, p. 3.

<sup>157</sup> BRIZOLA, Leonel. Lacerda: subproduto da conciliação. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1964, p. 3.

<sup>158</sup> ANSART, Pierre. *op. cit.*, p. 148.

A importância da linguagem política no domínio dos conflitos ao nível individual, explica Pierre Ansart, se baseia no *fazer crer, fazer amar e fazer agir*. O ideólogo através do discurso tem como meta cumprir esses três objetivos e a partir disso mobilizar as paixões individuais para ações coletivas concretas. O *fazer crer* é o primeiro passo para que o ator se identifique com o movimento revoltoso, é nele que se define a representação que os participantes criam para a organização social e são convocados a reproduzir os sentidos interiorizados.<sup>159</sup> A partir disso, o *fazer amar* unirá os afetos e inconscientes as instituições, fazendo com que essas, além de construir um modelo social inteligível, enunciem valores dignos de serem amados e conquistados.<sup>160</sup> Ao *fazer crer* e ao *fazer amar* a persuasão participa ativamente do *fazer agir* e enquanto "a ciência leva a pensar sem levar a amar, enquanto a arte emociona sem racionalizar, a linguagem ideológica consegue integrar essas três vias".<sup>161</sup> Portanto, enfatiza o autor, a linguagem política funciona como um lembrete *incessante* dos valores exaltados pelo movimento, e essa exaltação tende a "reunir as vontades individuais num projeto de ação, numa vontade coletiva" que se reafirma quando proclamada.<sup>162</sup>

No discurso da FMP, Brizola retomava incansavelmente vários termos (como por exemplo, *organização, política conciliatória, povo, antipovo*, entre outros) e repetia insistentemente suas denúncias para que o movimento lembrasse e relembresse os seus ideais.

Enquanto a FMP continuava os ataques a política conciliatória, a economia do país se agravava ainda mais e as conspirações direitistas avançavam, inclusive nos meios militares, conspirações subestimadas pela FMP pois na "imaginação política das esquerdas, elas teriam acumulado força suficiente para o confronto com as direitas,"<sup>163</sup> e por isso não se mobilizavam e tampouco aceitavam qualquer tipo de aproximação com o PSD. Frente a essa situação, tornou-se explícito que Jango teria de escolher um caminho. Seu passado trabalhista se sobressaiu e o presidente "começou a avançar para as organizações que, ao longo do tempo, sustentaram a sua trajetória política: o movimento sindical, as esquerdas e seus partidos."<sup>164</sup>

---

<sup>159</sup> *id. ibid.*, p. 211.

<sup>160</sup> *id. ibid.*, p. 215.

<sup>161</sup> *id. ibid.*, p. 219.

<sup>162</sup> *id. ibid.*, p. 219.

<sup>163</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.*, p. 573.

<sup>164</sup> *id. ibid.*, p. 574.

Após uma semana das críticas expressas em o *Panfleto* ocorreu o Comício na Central do Brasil que "marcou significativamente a escolha do presidente pela política ofensiva da FMP."<sup>165</sup> O Comício fazia parte de uma série de manifestações programadas pelo presidente com o objetivo de pressionar o Congresso para a aprovação das reformas. Após esta manifestação, o *Panfleto* apresentou uma mudança radical em relação ao presidente que passou a se aproximar novamente da FMP. Na edição que se seguiu, Brizola apresentou uma parte do seu discurso, além de fragmentos das palavras do próprio presidente João Goulart.

Leonel Brizola lembrou que o evento da Central marcava "um encontro entre o povo e o Governo", e após saudou Jango pelo decreto da Supra<sup>166</sup> e da desapropriação das refinarias de petróleo<sup>167</sup> retomando, repetidamente, os dois eventos que explicitavam a unidade entre o povo e o governo: a Campanha da Legalidade e plebiscito sobre o parlamentarismo. Para o líder da FMP o rumo ao "desfecho" começava a se concretizar com essa unidade e sobre isso afirmou que "em verdade, se conseguirmos hoje, a restauração daquela unidade, o Presidente poderá retornar, através da manifestação do povo às origens de seu governo."<sup>168</sup> Criticou ferozmente Carlos Lacerda e ressaltou a dificuldade que o presidente encontrou para realizar o Comício na Guanabara, sendo necessário a mobilização das Forças Armadas. Continuou sua fala apontando o Congresso, que vinha sistematicamente dizendo "NÃO" as Reformas de Base e lembrou a denúncia

---

<sup>165</sup> *id. ibid.*, p. 574.

<sup>166</sup> A Superintendência da Política Agrária (Supra) foi criada em 11 de outubro de 1962 e unificou num só órgão o Serviço Social Rural, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Conselho Nacional de Reforma Agrária e o Estabelecimento Rural de Tapajós. Eram suas finalidades colaborar na formulação da política agrária do país; planejar, executar e fazer executar, nos termos da legislação específica, a Reforma Agrária; promover a desapropriação de terras por interesse social, objetivando a justa distribuição da propriedade rural e condicionando seu uso ao bem-estar social, e prestar serviços de extensão rural e de assistência técnica aos trabalhadores rurais. De acordo com o decreto nº 53.700 seria a responsável por articular a desapropriação das terras especificadas no decreto e a redistribuição das mesmas entre as famílias camponesas. BRASIL. *Senado Federal*, Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964. Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. Secretaria de Informação Legislativa, Brasília, DF, 13 mar. 1964. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

<sup>167</sup> O decreto autorizou a desapropriação, em favor da Petrobrás, das ações de qualquer acionista das companhias que tinham as licenças para realizar o refino do petróleo brasileiro. BRASIL. *Senado Federal*, Decreto nº 53.701, de 13 de março de 1964. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S A - PETROBRÁS, em caráter de urgência, as ações da companhias permissionárias do refino de petróleo. Secretaria de Informação Legislativa, Brasília, DF, 13 mar. 1964. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

<sup>168</sup> BRIZOLA, Leonel. Povo e Governo. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1964, p.2.

contida, segundo ele, na *Carta Testamento* de Getúlio Vargas, promovendo mais uma vez a  *festa da volta*.

Nesse discurso também apresentou a proposta da FMP para que as reformas fossem enfim realizadas, proposta vislumbrada como a "única saída pacífica" e defendeu que a decisão sobre os destinos da Nação, deveria voltar ao

[...] povo através de uma Constituinte, com a eleição de um congresso popular, de que participam os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional.<sup>169</sup>

Prevedendo retaliação dado a autenticidade constitucional afirmou: "Dirão que isto é ilegal. Dirão que isto é subversivo. Dirão que isto é Inconstitucional. Por que, então, não resolvem a dúvida através de um plebiscito?"<sup>170</sup> Essa questão permite retomar novamente a Pierre Ansart, quando este trata do futuro coletivo, e conclui que a ação presente se justifica ao ser considerado o futuro desejável,<sup>171</sup> e se aplicarmos essa indicação ao ideário da FMP pode-se inferir que a Constituinte se tornava legal, se fossem considerados os benefícios que traria, segundo Brizola, ao povo brasileiro. No final de seu discurso, o petebista apresentou um *futuro coletivo* no qual o presidente deveria escolher se ficaria ao lado do povo ou não, e lembrou que "quem tem o povo ao seu lado nada tem a temer."<sup>172</sup>

Os próximos passos defendidos pela FMP foram reafirmados e divulgados em edições posteriores do *Panfleto* e alertavam que os desdobramentos positivos dos discursos proferidos na Central do Brasil só seriam possíveis

[...] se o Presidente marchar rapidamente para a total recomposição de seu Governo. O próximo passo será varrer a máquina política da espúria infiltração, barrar os caminhos do imperialismo e consolidar as conquistas da revolução, através de um poder doutrinariamente coerente e funcionalmente homogêneo e integrado.<sup>173</sup>

Além da renovação do governo, a proposta da FMP baseava-se em "um plebiscito sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que, substituindo o atual Congresso Nacional, formulasse uma nova Constituição e aprovasse as

<sup>169</sup> BRIZOLA, Leonel. Povo e Governo. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1964, p. 3.

<sup>170</sup> BRIZOLA, Leonel. Povo e Governo. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1964, p. 3.

<sup>171</sup> ANSART, Pierre. *op. cit.*, p. 40.

<sup>172</sup> BRIZOLA, Leonel. Povo e Governo. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1964, p. 3.

<sup>173</sup> MOREIRA, Neiva. A conciliação sepultada. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1964, p. 4.



reformas de base.”<sup>174</sup> O plano de Goulart consistia em realizar diversos comícios que culminariam no dia 1.º de maio, Dia do Trabalhador, em um grandioso evento no Rio de Janeiro. Porém seus planos foram frustrados com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, patrocinada pelos direitistas com grande poder econômico, que aconteceu em São Paulo e reuniu cerca de 500 mil pessoas para lutar contra a chamada “ameaça comunista”.<sup>175</sup>

As duas últimas edições do *Panfleto* foram usadas, principalmente, para denunciar os rumores de um possível golpe a caminho, para mais uma vez, pedir ao povo que se organizasse através dos Grupos dos 11 e conclamar as Forças Populares a apoiar o governo Goulart, inclusive se fosse necessário estando de armas a mão. Falando ainda sobre a legalidade de instaurar uma Assembleia Constituinte, Brizola questionou os atores que se colocaram a defender a democracia, pois para ele “democracia não existe sem o povo. Não pode, também, ser praticada contra ele.”<sup>176</sup> Também denunciou que todas as aspirações de cunho popular,

[...] são identificadas com o comunismo e a título de combate anticomunista realizam, isto sim, o combate às reformas e à própria democracia. As organizações sindicais tem a sua legitimidade negada e contra elas se volta o terror policial. Usando, como instrumentos, grupelhos de provocadores, a polícia dos governos estaduais reacionários ganha as ruas para negar, violentamente, ao povo o direito de reunião. E a pregação, exaltada e continua, cria o clima para violências ainda maiores, estimulando os latifundiários a se armarem, tentando contaminar os quartéis, preparando o ambiente para o golpe ou para a guerra civil.<sup>177</sup>

O líder da FMP delatou que a violência já estava nas ruas, oprimindo os populares que se reuniam nas praças, sendo que até o próprio presidente para falar nos comícios (que faziam parte da série programada) precisava do Exército para garantir a sua segurança. Denunciou que a violência já

[...] está nas ruas. A violência já nos ronda as portas. E é preciso que fique bem claro, como um fato histórico de importância fundamental, que não fomos nós que a implantamos. [...] Ao povo não interessa a violência, porque sabe que o futuro lhe pertence.<sup>178</sup>

<sup>174</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.*, p. 576.

<sup>175</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 260.

<sup>176</sup> BRIZOLA, Leonel. Atenção, brasileiros. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1964, p. 3.

<sup>177</sup> BRIZOLA, Leonel. Atenção, brasileiros. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1964, p. 2 - 3.

<sup>178</sup> BRIZOLA, Leonel. A violência não partiu de nós. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1964, p. 2

Similarmente Brizola avaliou os motivos da exagerada reação das direitas, pois sob sua ótica, “os atos positivos do governo os apavoram. E o clamor do povo, dos homens do campo, dos trabalhadores da cidade, pelas reformas, e por condições de vida mais humanas e mais cristãs, os exasperam.”<sup>179</sup> E, continuou, “os atos positivos do governo vieram somente após o clamor do povo, e após o reencontro do governo com o povo no dia 13 de março,”<sup>180</sup> afinal era o dever de todos “apoiar e incentivar seus atos concretos.”<sup>181</sup> Afirmando em seguida que as liberdades se encontravam ameaçadas e por isso era preciso coragem para defende-las intransigentemente e se fosse necessário o povo deveria “defender-se por sua própria conta e com os meios ao seu alcance.”<sup>182</sup> A FMP ampliou a pressão sobre o Congresso após o Comício da Central e passou a exigir que a União se posicionasse em defesa do povo, radicalizando cada vez mais os seus discursos.

De acordo com Francisco Chagas Leite Filho, os mentores do golpe atribuem ser o ato final que deu início a sua marcha o comparecimento de João Goulart ao encontro com os sargentos e soldados no dia 30 de março, na sede do Automóvel Clube, no centro no Rio. Esse encontro comemorava o aniversário da Associação de Sargentos e Soldados das três Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros da Guanabara. Goulart fez um discurso com graves críticas a elite dominante, ressaltando a importância dos sargentos como elo de ligação entre as Forças Armadas e o povo e condenou a campanha de difamação promovida por seus adversários. O discurso foi tomado como uma séria quebra da disciplina e hierarquia militar e como um ato de subversão praticado pelo presidente.<sup>183</sup> Somado a isso, quatro dias antes, na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, os marinheiros e fuzileiros navais promoveram uma manifestação que Jango decidiu não reprimir. O episódio foi agravado quando o contingente de fuzileiros navais, enviados para prendê-los, aderiu ao movimento e foi apoiado pela sociedade civil. Após a prisão por tropas do Exército foram anistiados pelo presidente e saíram às ruas para comemorar a vitória.<sup>184</sup>

Na madrugada de 31 de março teve início o golpe civil-militar e Jango com sua vida ameaçada “começou a voar pelos céus do Brasil buscando um porto

<sup>179</sup> BRIZOLA, Leonel. Atenção, brasileiros. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1964, p. 3.

<sup>180</sup> BRIZOLA, Leonel. Atenção, brasileiros. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1964, p. 3.

<sup>181</sup> BRIZOLA, Leonel. Atenção, brasileiros. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1964, p. 3.

<sup>182</sup> BRIZOLA, Leonel. A violência não partiu de nós. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1964, p. 3.

<sup>183</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 264.

<sup>184</sup> *id. ibid.*, p. 265.

seguro para tentar articular uma saída política.<sup>185</sup> Ao chegar ao Rio Grande do Sul, seguido por Leonel Brizola, enviou ao Congresso Nacional um informe no qual afirmava que enquanto Presidente da República viajara em busca de segurança. Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, e as forças conservadoras do Congresso "em franco desrespeito à Constituição que afirmavam defender [...] declararam a 'vacância' da presidência da República, sem discussão no plenário. Com o presidente ainda em território nacional."<sup>186</sup>

O golpe estava oficializado, e poucas horas depois os Estados Unidos da América já reconheciam o novo regime. Brizola, logo que chegou ao Rio Grande do Sul tentou reorganizar a Rede da Legalidade pela rádio, mas a propaganda anticomunista já tinha deixado suas marcas. Mesmo diante deste cenário, Brizola procurou articular com os sargentos, suboficiais, organizações sindicais, operárias, camponesas e estudantes à resistência e pediu a deflagração de manifestações de rua, greves e outros protestos, porém sem sucesso.<sup>187</sup>

Na madrugada de 2 de abril, quando declarado a vacância, reuniu-se com João Goulart e o comandante do III Exército, Ladário Telles. Como era de costume, Jango "ouviu a opinião de todos os presentes,"<sup>188</sup> e o comandante do III Exército informou que ainda dispunha de alguns aparatos militares, sendo fervorosamente apoiado por Brizola para que organizasse uma resistência. O líder da FMP tentou convencer Jango a nomeá-lo Ministro da Justiça e Ladário Telles Ministro da Guerra e a transferir momentaneamente a sede do governo para Porto Alegre para organizar uma resistência ao golpe. Goulart "porém, parecia já haver definido sua posição de conformar-se com o golpe, [...] depois de agradecer a colaboração de todos, [...] seguiu para refugiar-se na sua fazenda Rancho Grande, em São Borja."<sup>189</sup>

Jango esperava que, como Getúlio Vargas em 1945, fosse passar uma temporada isolado no interior do Rio Grande do Sul e após os ânimos acalmarem tocar em frente sua vida, podendo inclusive, concorrer novamente a cargos políticos.<sup>190</sup> Entretanto, as prisões logo começaram a ser decretadas e no próprio Rio Grande do Sul as notícias de assassinatos começaram a circular. Convencido

---

<sup>185</sup> NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 64.

<sup>186</sup> *id. ibid.*, p. 64 – 65.

<sup>187</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 272 – 273.

<sup>188</sup> *id. ibid.*, p. 269.

<sup>189</sup> *id. ibid.*, p. 269 - 270.

<sup>190</sup> *id. ibid.*, p. 270.

do perigo, João Goulart embarcou com sua família para Montevideú, no Uruguai, em 4 de maio de 1964, como exilado político.<sup>191</sup> Ao revisitar o episódio, em posterior entrevista a Jorge Otero, Jango afirmou estar convicto que, se houvesse resistência ocorreria

[...] mesmo derramamento de sangue. Mas esse sangue a ser derramado seria o de civis. Era mister evitá-lo. Porque, Jorge[Otero], já lhe disse: lobo [militar] não come lobo. Ameaçam, fazem pronunciamentos. No final, dá-se um jeito. Além disso, até que ponto poderíamos resistir? Onde obteríamos os recursos e o combustível imprescindíveis? Os entreguistas do Brasil já estavam garantidos ao receberem o apoio dos Estados Unidos. Só os civis seriam as grandes vítimas. E esse é um povo maravilhoso, independentemente de suas convicções políticas. Não, Jorge, eu não teria esse direito. Nem gostaria de arcar com essa enorme responsabilidade, que contraria meu foro íntimo.<sup>192</sup>

Brizola sentiu a capitulação do presidente como uma paulada, sendo essa, na visão do petebista, a terceira vez em que Jango negava o apoio das Forças Populares. Após aquela reunião, a resistência começou a se desmobilizar e os golpistas aumentaram a truculência e a violência com os que ainda tentavam resistir. O próprio Brizola foi abrigado a sair escondido de seu Estado natal, pois sua cabeça já estava a prêmio. Ainda inconformado com a não resistência se embrenhou no interior do país para arregimentar a população contra o regime que se instalava, mas a encontrou conformada com o golpe e sua nova situação. Em 6 de maio de 1964, Leonel Brizola também chegou como exilado político a Montevideú.

Com sua partida, a FMP ficou sem seu principal líder e se extinguiu, e seus registros foram destruídos. O conjunto documental que ainda existe foi sigilosamente preservado pelos antigos componentes, principalmente dos Grupos dos 11. A FMP foi esquecida e os anos de ditadura se encarregaram de excluí-la dos registros oficiais e de destruir qualquer vestígio do *Panfleto* ou dos ideais de seus componentes e líderes sobre um *governo popular*.

---

<sup>191</sup> *id. ibid.*, p. 271.

<sup>192</sup> OTERO, Jorge; *ap.* FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *op. cit.*, p. 281.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anos após o exílio, Leonel Brizola ao conceder entrevista ao autor Moniz Bandeira, se posicionou frente à afirmativa de ser considerado um líder radical. Em resposta, Brizola afirmou que era apontado como "o mais radical de todos os que atuavam antes de 1964." Porém, ressaltou que se fazia necessário definir o que se entendia por radical, que em sua opinião, na esfera política, consistia em "querer chegar à raiz dos problemas". Para ilustrar sua afirmação, utilizou dois exemplos de sua carreira política, comentando que "em 1961, [assumiu] uma posição radical em defesa da legalidade e da Constituição", distribuindo, inclusive, armas à população, e como triunfou foi elogiado por todos os que aderiram ao movimento, já em 1964, continuou o entrevistado, foi "até processado e condenado" por exortar o povo e os militares a "resistirem à subversão da ordem democrática, em defesa da legalidade e do Governo constitucional", sendo considerado "subversivo", após a derrota para o Golpe.<sup>193</sup>

A radicalização de Brizola foi um dos requisitos para que se destacasse como o líder da ala mais à esquerda do PTB e posteriormente se tornasse o líder da FMP, visto que seu discurso radical foi o que melhor se adaptou a *dinâmica de radicalização própria do grupo*, se tornando o *ideólogo* ao gerar, por meio da linguagem, *identificações e culpabilidades* que articuladas, proporcionaram a criação de um *sistema de pensamentos*, entendido nesta pesquisa por ideologia. A partir de situações concretas, afirmou Pierre Ansart, a ideologia se torna utopia, e esta por sua vez assume a função de *invenção do futuro*, criando um amanhã satisfatório que passa a ser constantemente representado nas *práticas simbólicas*, e que justifica as ações presentes.<sup>194</sup>

Em 1964, a Frente de Mobilização Popular, a partir da ideologia transportada à utopia, se vislumbrava revivendo a Campanha da Legalidade de 1961 e acreditava que, como naquela ocasião, o *desfecho* seria favorável ao *povo*. Entretanto, em 1961, as esquerdas defendiam a ordem legal alegando ser a Constituição intocável, enquanto as direitas pregavam abertamente a subversão a Carta Magna e a mudança da Constituição. Três anos após os papéis se inverteram, enquanto os

---

<sup>193</sup> BRIZOLA, Leonel; ap. BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 178.

<sup>194</sup> ANSART, Pierre. *op. cit.*, p. 101 - 106.

representantes da direita defendiam a Constituição, as esquerdas defendiam reformas econômicas e sociais, e para tanto exigiam o fechamento do Congresso, a mudança da Constituição e questionavam os fundamentos da democracia liberal defendidos pela Lei Básica de 1946.<sup>195</sup> Absortos pela vitória popular de 1961 e aspirando a mudanças, os grupos representados na FMP desconsideraram a questão democrática por acreditarem que estavam no caminho do *futuro considerado desejável*.

Assim sendo, na proposição de definir a atuação política da FMP na conjuntura reformista do governo João Goulart ressaltou-se a importância da articulação social, através dos discursos, em todos os meses que antecederam o golpe civil-militar de 1964, com as transmissões de rádio, os artigos do *Panfleto* e os comícios. A organização levou a discussão política de dentro de salas arejadas para as ruas, com o objetivo de gerar uma consciência política e fazer com que as pessoas "comuns", pensassem a política brasileira e opinassem sobre ela. A partir dessa conscientização, a FMP ansiava em organizar os populares para que, quando fosse necessário, estes pudessem defender a Pátria contra o *antipovo*, que pela espoliação econômica, vinha minando as forças populares.

A história da FMP se confunde em grande medida com a história de seu líder Leonel Brizola e por vezes não é possível distinguir quem tomava as decisões e/ou discursava. O que se pode inferir com base nas fontes é que nesse período ocorreu uma relativa fusão entre eles, sendo Brizola a personificação da FMP, e em seus discursos estavam as palavras da organização.

Para chegar a estas considerações, ressaltou-se em um primeiro momento a recente história política brasileira e como as aspirações a mudanças foram conquistando formas mais nítidas à medida que os presidentes brasileiros ocupavam o mais alto cargo da nação e não conseguiam melhorar as condições de vida do cidadão comum. Com a eleição de João Goulart, as desejadas Reformas de Base ganharam maior espaço no cenário político brasileiro, e sobre elas foram colocadas as maiores pretensões de se conseguir significativas melhoras sociais e econômicas. Dentro dessa perspectiva surgiu a FMP que buscava a implementação das reformas.

---

<sup>195</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *op. cit.*, p. 578.

Em seguida, após delimitar a definição de ideologia e sua repercussão por meio da linguagem radical, reconhecê-la no discurso brizolista e analisá-la frente aos dois dos principais textos da FMP, chamou-se a atenção para os meses que antecederam a radicalização de 1964 e como a política de conciliação levou ao isolamento do presidente e a consequente escolha do mesmo pelas bases que, historicamente, sempre o apoiaram. Após foi ressaltada a relevância do discurso no Comício da Central do Brasil, que definiu a opção do então presidente pela política ofensiva da FMP, como o marco para a total radicalização da Frente e de seus componentes.

Por fim, foram apresentados os últimos dias da FMP até o exílio de Leonel Brizola, quando a organização foi extinta. Até o último instante Brizola afirmava que ninguém os impediria “de servir ao nosso povo, de defender seus sagrados direitos e de libertar nossa Pátria da espoliação internacional.”<sup>196</sup> Mesmo com seus acalorados e emocionantes discursos, aparentemente, o povo brasileiro concordava com João Goulart, ou tinha sido por este influenciado, que a luta deveria ser evitada, visto a inegável conformidade com o governo militar e a institucionalização do golpe.

Com o início da ditadura, significativa parte do conjunto documental que permitiria desvendar os meandros dessa organização foi destruída. A Rádio Mayrink Veiga, centro de comando da FMP foi fechada no dia 2 de abril de 1964 e os documentos que ainda lá estavam destruídos. Cibilis Viana, afirmou que depois do Comício da Central do Brasil, foi preciso destruir a "documentação, pois, do contrário, teria exposto os integrantes [...] a perseguições políticas e pessoais de toda ordem.”<sup>197</sup> Com essa destruição em massa pouco se conseguiu guardar da documentação produzida pela FMP, e várias lacunas carecem de serem preenchidas.

Hoje revivemos aspirações a mudanças, pretendidas pelo povo nos anos 1960, com o objetivo final de melhorar as condições de vida da população, levando saúde, educação, moradia, trabalho, entre outros tantos direitos negados a um povo, que assiste as escaramuças políticas de seus governantes, que eleitos com seu voto, realizam atrocidades impensáveis em detrimento da Carta Magna brasileira. Desta maneira não seria prudente desprezar o recente passado político do país,

---

<sup>196</sup> FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 284.

<sup>197</sup> VIANA, Cibilis; *ap.* FILHO, Francisco Chagas Leite. *op. cit.*, p. 256.

pois, conforme apontava Brizola, "o que importa é tirar lições e ensinamentos construtivos"<sup>198</sup>, para que experiências ruins não venham a ser repetidas.

Por fim, reafirma-se que a História é inesgotável, e se espera que as variadas lacunas deixadas nesta pesquisa monográfica venham a ser preenchidas com novas questões e interpretações, que possam, cada uma a sua medida, enxergar um passado que ainda se encontra escondido.

---

<sup>198</sup> BRIZOLA, Leonel; ap. BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 178.



## FONTES

### LIVROS E OBRA DOUTRINÁRIA

*Reformas de Base*: posição do IPÊS. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1963.

RIBEIRO, Darcy. *Aos Trancos e Barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

### SEMANÁRIO PANFLETO

BRIZOLA, Leonel. 1. – Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, p. 14 - 15.

BRIZOLA, Leonel. A autenticidade das lideranças. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1964, p. 3.

BRIZOLA, Leonel. A carta de Vargas. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1964. p. 2.

BRIZOLA, Leonel. A violência não partiu de nós. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1964, p. 2 – 3.

BRIZOLA, Leonel. Atenção, brasileiros. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1964, p. 2 - 3.

BRIZOLA, Leonel. Lacerda: subproduto da conciliação. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1964, p. 2.

BRIZOLA, Leonel. Povo e Governo. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1964, p. 2 - 3.

BRIZOLA, Leonel. Só um caminho se impõe. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1964, p. 2.

LE MOS, Paulo. Trincheira dos Sargentos: Anistia para os sargentos e trabalhadores. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1964, p. 9.

MOREIRA, Neiva. A conciliação sepultada. *Panfleto*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1964, p. 4.

### JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

LACERDA acusa o Ministro da Justiça de tramar o fechamento do Congresso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 25 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

OS três ministros militares denunciam a posse de Jango como incentivo a desordem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 31 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

DENTRO de 48 horas a decisão do Congresso sobre o veto a Jango. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 29 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

MINISTROS militares contra a entrega do poder a Jango. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 28 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

EMPOSSADOS Jango e o Conselho. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 09 set. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

MENSAGEM do novo Presidente à nação: Janio Quadros diz de seus propósitos e critica com veemência o anterior governo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 01 fev. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

O texto da renúncia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 26 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

JANGO vem de volta. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 26 ago. 1961. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

## **CONSTITUIÇÃO, LEIS E DECRETOS**

BRASIL. Constituição. *Assembleia Constituinte*, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, Brasília, de 18 de setembro de 1946. Capítulo III, Seção I, artigo 79. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

BRASIL. *Senado Federal*, Decreto nº 51.152, de 5 de agosto de 1961. Cria a Comissão Nacional de Planejamento. Brasília, DF, 5 ago. 1961. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. *Senado Federal*, Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964. Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. Secretaria de Informação Legislativa, Brasília, DF, 13 mar. 1964. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

BRASIL. *Senado Federal*, Decreto nº 53.701, de 13 de março de 1964. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S A - PETROBRÁS, em caráter de urgência, as ações das companhias permissionárias do refino de petróleo. Secretaria de Informação Legislativa, Brasília, DF, 13 mar. 1964. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

BRASIL. *Senado Federal*, Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras

providências. Secretaria de Informação Legislativa, Brasília, de 03 de setembro de 1946. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

## **VÍDEO**

DISCURSO de João Goulart aos chineses. Vídeo online (01min22seg), son. p&b. Disponível em: <<https://www.youtube.com>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico Brasileiro pós 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>.

ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\_\_\_\_\_. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma do estado autoritário (1964-1968). *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v.18, 2014, p. 44 - 72. Disponível em: <[e-revista.unioeste.br](http://e-revista.unioeste.br)>. Acesso em: 19 mai. 2017.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: Sociedade e Política*. São Paulo: Difel, 1983, p. 121 - 224.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.24, n.47, 2004, p. 181 - 212. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Entre a história e a memória: João Goulart. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 509 - 542.

\_\_\_\_\_. Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 543 - 584.

\_\_\_\_\_. *João Goulart: uma biografia*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. Nacionalismo, democracia e reformas: as ideias políticas de Leonel Brizola (1961 – 1964). In: FREIRE, Américo; \_\_\_\_\_ (Org.). *A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961 – 1964 e 1979 – 2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 23 - 52.

FILHO, Francisco Chagas Leite. *El Caudilho*: Leonel Brizola: um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campos, 1990, p. 327 - 350.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. As duas faces de Jano: As esquerdas trabalhistas de San Tiago Dantas e Brizola. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). *A Razão Indignada*: Leonel Brizola em dois tempos (1961 – 1964 e 1979 – 2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 155 - 180.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. *Jânio Quadros, uma carreira meteórica*. Disponível em: <<https://al-sp.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). v. 9. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

VILLA, Marco Antonio. *Jango, um perfil (1945 – 1964)*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.